

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA
NÍVEL DE MESTRADO**

MARCELO HENRIQUE DE ABREU GUERRA

**HISTÓRIA PÚBLICA E COMUNIDADES: O USO DE FERRAMENTAS
DE MUSEU POP-UP E CARTILHA EDUCATIVA PARA
FORTALECIMENTO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA TRADICIONAL
CAIÇARA DA ILHA DO MEL, PR**

**CAMPO MOURÃO – PR
2024**

MARCELO HENRIQUE DE ABREU GUERRA

**HISTÓRIA PÚBLICA E COMUNIDADES: O USO DE FERRAMENTAS
DE MUSEU POP-UP E CARTILHA EDUCATIVA PARA
FORTALECIMENTO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA TRADICIONAL
CAIÇARA DA ILHA DO MEL, PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Memórias e Espaço de Formação

Área de Concentração: História Pública

Orientador(a): Dr. Michel Kobelinski

**CAMPO MOURÃO – PR
2024**

MARCELO HENRIQUE DE ABREU GUERRA

HISTÓRIA PÚBLICA E COMUNIDADES: O USO DE FERRAMENTAS DE MUSEU POP-UP E CARTILHA EDUCATIVA PARA FORTALECIMENTO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA TRADICIONAL CAIÇARA DA ILHA DO MEL, PR.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Michel Kobelinski (orientador) – UNESPAR, União da Vitória.

Dr. Jorge Pagliarini Junior – UNESPAR, Campo Mourão.

Dra. Sandra Donner – FACATT, Taquara.

Data de Aprovação

___/___/_____

Campo Mourão – PR

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ABREU GUERRA, MARCELO HENRIQUE DE
HISTÓRIA PÚBLICA E COMUNIDADES: O USO DE
FERRAMENTAS DE MUSEU POP-UP E CARTILHA EDUCATIVA
PARA FORTALECIMENTO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA
TRADICIONAL CAIÇARA DA ILHA DO MEL, PR. / MARCELO
HENRIQUE DE ABREU GUERRA. -- Campo Mourão-PR, 2024.
83 f.: il.

Orientador: MICHEL KOBELINSKI.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado em História Pública) -- Universidade
Estadual do Paraná, 2024.

1. HISTÓRIA PÚBLICA. 2. MUSEUS COMUNITÁRIOS. 3.
COMUNIDADES TRADICIONAIS. 4. MUSEU POP-UP. 5.
EDUCAÇÃO PÚBLICA. I - KOBELINSKI, MICHEL (orient).
II - Título.

GUERRA, Marcelo, H. A. **História Pública e Comunidades**: o uso de ferramentas de museu pop-up e cartilha educativa para fortalecimento e divulgação da cultura tradicional caiçara da Ilha do Mel, PR. 72 p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2024.

RESUMO

Esta é uma pesquisa derivada da linha de pesquisa *Memórias e Espaços de Formação* do Programa de Mestrado em História Pública (Unespar), onde tem como objetivo estudar o patrimônio cultural caiçara (populações tradicionais), na comunidade de Brasília, na Ilha do Mel, litoral do estado do Paraná. Utilizando ferramentas conceituais e práticas da história pública, museologia comunitária e da educação patrimonial, a pesquisa serve de estímulo para a mobilização de um trabalho coletivo para valorização, preservação e reflexão dos patrimônios da cultura da comunidade. Entende-se que o patrimônio cultural caiçara da comunidade possui características derivadas da interação dela com o meio ambiente que está inserida, refletindo em elementos materiais (objetos pessoais, sítios arqueológicos e paisagem litorânea) e imateriais (saberes, celebrações, formas de expressão e lugares). Tais patrimônios se encontram em risco de supressão, desvalorização ou desaparecimento devido aos impactos do turismo, especulação imobiliária, restrições às práticas de agricultura, e pesca artesanal. Com ações de construção histórica colaborativa entre comunidade universidade, e a Escola Estadual do Campo Lucy Requião de Mello e Silva, buscou-se realizar o Dia do Museu Comunitário na Escola, e a criação de uma Cartilha Turísticas Educativa, visando construir uma narrativa histórica pela visão da comunidade, onde ela seleciona, gerência e divulga suas características culturais, objetivando o seu fortalecimento pelas práticas da História. A pesquisa deste modo é uma ponte que leva às concretizações de narrativas históricas em trabalhos com outros públicos além do acadêmico, possibilitando profundas reflexões sociais.

Palavras-chave: Museu comunitário; Inventário participativo; Museu Pop-Up; História Pública; Comunidade Tradicional Caiçara; Cartilha Educativa Turística.

GUERRA. Marcelo, H. A. **Public History and Communities**: the use of pop-up museum tools and educational booklet to strengthen and disseminate the traditional caiçara culture of Ilha do Mel, PR. 72 p. Dissertation. Postgraduate Program in Public History – PPGHP – Master's Degree. Paraná State University, Campo Mourão Campus. Campo Mourão, 2024.

ABSTRACT

This research is derived from the research line Memories and Training Spaces of the Master's Program in Public History (Unespar), which aims to study the Caiçara cultural heritage (traditional populations) in the community of Brasília, on Ilha do Mel, on the coast of the state of Paraná. Using conceptual and practical tools from public history, community museology and heritage education, the research serves as a stimulus for the mobilization of collective work to value, preserve and reflect on the cultural heritage of the community. It is understood that the Caiçara cultural heritage of the community has characteristics derived from its interaction with the environment in which it is inserted, reflected in material elements (personal objects, archaeological sites and coastal landscape) and immaterial elements (knowledge, celebrations, forms of expression and places). Such heritage is at risk of suppression, devaluation or disappearance due to the impacts of tourism, real estate speculation, restrictions on agricultural practices and artisanal fishing. Through collaborative historical construction actions between the university community and the Lucy Requião de Mello e Silva State School of the Countryside, the aim was to hold the Community Museum Day at the School and create an Educational Tourism Handbook, aiming to build a historical narrative from the community's perspective, where it selects, manages and disseminates its cultural characteristics, aiming to strengthen itself through the practices of History. In this way, research is a bridge that leads to the concretization of historical narratives in works with audiences other than the academic, enabling deep social reflections.

Keywords: Community museum; Participatory inventory; Pop-Up Museum; Public History; Tourist educational booklet

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1.....	15
Figura 2.....	15
Figura 3.....	16
Figura 4.....	16
Figura 5.....	16
Figura 6.....	22
Figura 7.....	24
Figura 8.....	27
Figura 9.....	27
Figura 10.....	27
Figura 11.....	29
Figura 12.....	31
Figura 13.....	32
Figura 14.....	34
Figura 15.....	34
Figura 16.....	43
Figura 17.....	44
Figura 18.....	47
Figura 19.....	47
Figura 20.....	48
Figura 21.....	48
Figura 22.....	49
Figura 23.....	49
Figura 24.....	50
Figura 25.....	50
Figura 26.....	50
Figura 27.....	50
Figura 28.....	57
Figura 29.....	61
Figura 30.....	62
Figura 31.....	64
Figura 32.....	66

Figura 33.....	67
Figura 34.....	69
Figura 35.....	71
Figura 36.....	73
Figura 37.....	74

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
ARTIGO 1: Museu Pop-Up como ferramenta de preservação e divulgação da cultura tradicional da Comunidade de Brasília na Ilha do Mel, PR.....	14
ARTIGO 2: Cartilha Turística Cultural: uma forma de construção, fortalecimento e divulgação histórica da Comunidade tradicional caiçara de Brasília, na Ilha do Mel, PR.....	55
CONCLUSÃO	78

APRESENTAÇÃO

Realizar um trabalho com comunidades tradicionais caiçaras se tornou muito importante devido aos impactos que elas têm sofrido e, partindo de dentro da comunidade de Brasília, na Ilha do Mel, este trabalho foi uma iniciativa, que buscou através da Curadoria Pública e a Museologia Comunitária, organizar pelo olhar da comunidade, um Museu Pop-up, dentro da Escola Estadual do Campo Lucy Requião de Mello e Silva, o Dia do Museu Comunitário na Escola. Após isso, empenharam-se os alunos de modo colaborativo a criação e impressão de uma Cartilha Educativa Turística, com a finalidade de divulgar a cultura e os patrimônios. A seguir temos então, dois artigos no modelo Escandinavo, onde as temáticas puderam ser divididas em duas, para uma melhor didática e distribuição do conteúdo. São artigos que se complementam, fazem parte da mesma pesquisa e do mesmo mestrado. Este modelo permite também a sua publicação em revista científica, o que tem favorecido alunos que almejam posteriormente um doutorado. Deste modo o artigo 1 vai tratar do desenvolvimento do Dia do Museu Comunitário na Escola e o artigo 2 sobre a Cartilha Educativa Turística.

Assim, visando criar um ambiente de construção histórica na comunidade, buscando fortalecer a cultura caiçara local, procuramos através do inventário e da exposição patrimonial, criar uma conscientização sobre a sua importância, dentro, mas e fora da comunidade. A escola foi um elo importante, pois atende as crianças da comunidade, do sexto ao terceiro ano do médio. Há ainda no mesmo terreno a Escola Municipal Maria de Paula Gonçalves, que é municipal, atendendo do pré à quinta série. Buscamos também um trabalho em conjunto com a escola do município, através da integração em atividades, conscientizar os alunos mais novos sobre a cultura tradicional da comunidade.

Para trabalharmos com a preservação da cultura local diante das adversidades, buscou-se através da pesquisa acadêmica, selecionar algumas ferramentas de trabalho para desenvolver este Dia do Museu Comunitário na Escola e para a Cartilha. Foram selecionados a Curadoria pública, Museu comunitário, Museu pop-up, e o Inventário Participativo. Todos estes elementos foram escolhidos propositalmente e acabam se complementando. O inventário e a curadoria, para buscar, catalogar, separar, arquivar ou expor os patrimônios. O museu comunitário para dar enfoque para os patrimônios locais, bem como a comunidade se organizando na produção, considerada a nova museologia, com características mais sociais e progressivas.

A cultura e identidade que se forma no território em questão, é a Cultura Tradicional Caiçara, ou a Cultura Nativa da Ilha do Mel. De acordo com Carneiro (2007), o(a) caiçara é uma pessoa de modos simples, que vive da autossuficiência, de modo comunitário, vive da pesca, agricultura de subsistência, tem relação direta com o ambiente que está inserido, marinho e costeiro, sendo base para a sua formação cultural, identitária e territorial. Qualquer mudança neste ambiente marinho e costeiro, bem como as relações de transformações sociais que implicam na transformação territorial e cultural, afetam diretamente a vida destes povos. Como veremos, há diversos fatores externos a estas comunidades que suprimem e até apagam elas do mapa. A Cultura Tradicional Caiçara da Ilha do Mel, de acordo com IPHAN (2021), é uma cultura e uma vida ligada à pesca artesanal, cultivo de roças, festas religiosas que moldam o consciente coletivo, o fandango, as lendas e as festividades anuais. O setor imobiliário, o poder público e o privado, virão, avançam sobre estes territórios caiçaras abusando da simplicidade das comunidades, desenvolvendo processos de exploração territorial e cultural, que culminam na supressão cultural de comunidades tradicionais como na Ilha do Mel, comprando os lotes, abrindo pousadas, restaurantes, especulando o território a fim do lucro.

Aqui é importante ressaltar que esta interdisciplinaridade é possível devido às novas práticas de abordagem e construção histórica, derivadas da História Pública. São novas perspectivas de se trabalhar com a História, envolvendo novos públicos e novas temáticas, procurando envolver o público na construção e consumo do conhecimento produzido. Podemos observar o conceito de acordo com Mauad (2011), a História Pública é um campo de estudos e práticas que se refere à forma como a história é apresentada e compartilhada com o público fora do ambiente acadêmico, visando tornar o conhecimento histórico acessível e relevante para a sociedade em geral. Diferente da tradicional História, esta, busca novos espaços, novos públicos e novas formas de divulgação histórica, como, rádio, tv, internet, cinema, exposições temporárias, músicas, teatro e muitas outras formas de construir, escrever e narrar a história. Mas, busca acima de tudo, um engajamento do público na produção, consumo e reflexão histórica, por suas práticas.

Outra ferramenta utilizada para desenvolver o trabalho, foi o Museu Comunitário. Vemos com Cavalcanti (2008), que é uma instituição que procura valorizar, tradições, patrimônios e histórias de comunidades específicas, caracterizando-se pela relação íntima com a população local, que participa ativamente da sua construção. Ele é uma boa ferramenta de preservação e divulgação por que, abre oportunidades para narrativas históricas das mais diversas que podem existir, permite colocar muito mais pessoas, sociedades e culturas na

História. Ele ainda pode educar, capacitar e empoderar a comunidade para atuar na defesa e valorização da sua cultura. Usamos o museu comunitário para expor os patrimônios da comunidade, no Dia do Museu Comunitário na Escola, sendo eles responsáveis por indicar os materiais a serem expostos.

Para organizar os materiais, selecionar o modo de expor e contar a história da comunidade, usamos a prática de Curadoria Pública. De acordo com Silva e Almeida (2015), ela habilita e envolve os moradores na construção do conteúdo e na forma como a história e as memórias locais são apresentadas no museu. Foi utilizado esta ferramenta de trabalho que integrou a comunidade na inventariação do seu acervo patrimonial, levando-a à reflexão pelos patrimônios, e a permitiu-a participar ativamente de todo o processo de construção. Por exemplo, faz com que o autor da exposição seja os próprios membros da comunidade, e eles que irão compor o acervo que irão apresentar sobre a comunidade. Não é alguém de fora trazendo coisas de fora para falar sobre a comunidade. Distanciam um pouco da noção tradicional do museu clássico, onde uma equipe de historiadores ou museólogos é contratada, monta um acervo, de algum lugar, sobre alguma coisa e as pessoas podem ir lá ver o que eles montaram.

Aí temos o Museu Pop-Up, que foi utilizado para expor os patrimônios inventariados, isso foi necessário para adaptar a exposição a realidade de tempo e espaço que tínhamos. Esta modalidade de exposição, de acordo com Souza (2016), o “pop-up” (que significa “surgir repentinamente” ou “aparecer de surpresa”) é um modo não tradicional, montado por tempo limitado, podendo ser desfeito ou deslocado. Esta prática permitiu uma nova forma de criar conhecimento, muito mais abrangente, feito ainda como neste caso, por aqueles que serão retratados, os moradores da comunidade de Brasília na Ilha do Mel. Este tipo de museu é possível se desenvolver em locais públicos, privados, mercados, praças, shoppings, escolas, igrejas e pode ser aplicado quase onde quisermos. Nada melhor que em uma escola local, feito pelas pessoas locais e no tempo que pode ser feito. Claro que a ideia de uma construção física do primeiro museu comunitário da Ilha do Mel existe, mas a princípio, damos passo de acordo com o tamanho de nossas pernas.

E então temos o Inventário Participativo, utilizado para realizar a inventariação, ou seja, buscar tudo aquilo que a comunidade considera como seu patrimônio, seja material ou imaterial. Os alunos intermediaram este processo, pois eles tinham acesso diário a mais famílias e pessoas da comunidade, a rede de buscas e inventariação se expandiu conforme eles se deslocavam pelo território. Este foi um trabalho muito importante, pois sozinho o pesquisador demoraria demasiado tempo para inventariar, logo, os alunos criaram uma rede

de contato com as famílias, que vinham trazendo seus objetos para a escola. De acordo com IPHAN (2013), o inventário não se limita a simples documentação dos bens culturais, mas envolve a comunidade na identificação e pesquisa, valorizando seus próprios patrimônios. Esta forma de trabalho, permite diversos públicos trabalharem em conjunto com os mesmos objetivos, mas de formas diferenciadas de inventariação e reflexão, cada um pode realizar da sua forma, buscando participarem da pesquisa cada um da sua maneira. É justamente aí que consiste o processo de construção histórica, pois cada um busca seus bens, e ao encontrá-los, vai realizar uma reflexão a partir dele. Esta reflexão é um resultado que esperamos desenvolver, pois é a partir delas que se dará o processo de valorização cultural, a partir da visita ou visita ao passado. É simplesmente sensacional, vemos por exemplo, a pessoa não precisa ter uma formação acadêmica, não precisa ter títulos, posses ou dinheiro no bolso nem nada. Para refletir basta estar ali, é simples, você e uma foto, ali da sua caixa de fotos e dá uma olhada boa e fixa por alguns instantes, fazendo um reconhecimento do que tem nela. Rapidamente sua mente vai embarcar sem passagem e viajar imediatamente para diversos lugares da memória, e neste processo você analisa aquilo que vem à mente, foram tempos bons ou ruins, quem estava na foto, se é que tinha alguém, o que estava fazendo neste dia, depende do quão especial é a foto, pode trazer sensações imediatas, como amor ou rancor, cheiros e arrepios.

Este simples processo de análise gerada intencionalmente pela pesquisa, é derivado do inventário participativo. Os julgamentos que a razão faz acerca do material em questão, faz com que ela realize uma resposta pela análise se aquilo entra ou não para a historiografia pública. É um momento incisivo, pois está ocorrendo um pente fino durante a curadoria particular de cada pessoa, e isso nos leva a pensar sobre a historiografia oficial, sobre todas as pessoas que julgaram o que entra ou não entra na história oficial. E aí que a teoria da história de Melo (2010), argumenta que, a história é uma construção narrativa que envolve a seleção de temas, fatos e eventos, bem como a interpretação de significados, e depende dos contextos sociais, políticos e culturais da época em que a história é escrita.

Trabalhar em conjunto exige uma organização diferenciada, onde é preciso que todos se sintam parte da verdade daquilo que estamos fazendo. Há muitos historiadores, não sei se posso me chamar de historiador, mas sou um que sempre participou da História de graça, uma ilusão seria se eu pensasse no lucro, ainda mais nos dias de hoje, onde a profissão que exerço como professor, vem enfrentando alguns antigos desafios. Então a parte do lucro, tudo o que foi feito nesta pesquisa, foi de bom coração e sem cobrar ou pagar nada para ninguém, todos

participaram de bom grado e quem segurou a caneta tem o mesmíssimo valor de quem segurou o martelo, pois teve muito trabalho pesado, os alunos, as famílias, os professores, buscando materiais pesados de carrinho de mão por três a quatro quilômetros para levar para a exposição, é tudo feito no braço e a pé. Tivemos que cortar bambu no mato, buscar madeiras, organizar todo um museu temporário com decoração para receber a comunidade. E depois tem que levar de volta pra casa, pois na falta de estrutura física para montar um acervo, os materiais tinham que ser devolvidos. Então foi muita força de vontade de todos que estiveram envolvidos para que isto acontecesse, e estas coisas não se fazem sozinho, então tem que existir uma comoção geral, e era também esse um dos objetivos do trabalho, fazer todo mundo trabalhar em prol da comunidade pela movimentação da pesquisa.

Buscamos deste modo, mostrar através destas ferramentas de trabalho, que existem pessoas e famílias que estão a gerações neste território e, que este lugar, ainda fornece seus meios de sustento, seus patrimônios estão aqui, sua vida está aqui, e diante dos impactos políticos e sociais que suprimem as culturas caiçaras pelo país, buscamos de várias maneiras durante os anos de trabalho na comunidade, e esta pesquisa é mais uma delas, uma maneira de sempre fortalecer a comunidade através do nosso trabalho que é a educação. É de dentro da sala de aula que se formou este trabalho, desenvolvendo ele com os alunos, com os pais, os professores, as associações, as empresas, as universidades e museus que sempre estiverem junto trabalhando, fornecendo e trocando materiais e, nos auxiliando ao desenvolver do Dia do Museu Comunitário na Escola e da Cartilha Turística Educativa.

ARTIGO 1

MUSEU POP-UP COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA TRADICIONAL DA COMUNIDADE DE BRASÍLIA NA ILHA DO MEL, PR

Introdução

Neste primeiro artigo, procuramos mostrar como se desenvolveu os trabalhos para o fortalecimento da cultura tradicional caiçara da comunidade de Brasília na Ilha do Mel, através da Escola Estadual do Campo Lucy Requião de Mello e Silva. Mostramos também um pouco da comunidade e do território e as ferramentas de construção histórica que utilizamos, para produzir o evento do Dia do Museu Comunitário na Escola. No segundo artigo, a descrição é sobre a produção e divulgação dos patrimônios culturais local pela ótica dos alunos, na elaboração da Cartilha Turística Educativa. A pesquisa teve duração de dois anos, sendo parte do programa de mestrado da Universidade Estadual do Paraná, na linha de pesquisa, memórias e espaços de formação. E buscamos ferramentas para trabalhar em um território de comunidade tradicional caiçara, com suas memórias e patrimônios, com a finalidade de fazer ações educativas de conscientização e preservação cultural.

Procuramos primeiro ambientar um pouco da escola da comunidade, essa escola linda e maravilhosa, que gosto tanto, que uso a camiseta do uniforme pra ir em festa. É uma escola do campo, diferenciada, procura atender a demanda dos filhos dos moradores da ilha. Suas práticas pedagógicas possuem características que permeiam o ensino de acordo com a realidade da comunidade, ou seja, procuram encaixar projetos de ensino, como oficinas, exposições, palestras e aulas sobre temas como a pesca, a agricultura, preservação dos oceanos, a água, tratamento de esgoto, coleta de lixo e tudo que é relacionado com o ambiente marinho e costeiro da comunidade. Dentro de seis anos de trabalho, buscamos dentro destes pressupostos, trabalhar sempre em favor da comunidade, tentando trazer sempre a comunidade para dentro do ambiente escolar, para um maior fortalecimento da educação. Aqui vemos uma foto dos alunos em ambiente fora da escola, buscando uma relação maior entre educação e natureza. Esta é uma turma que iniciei no sétimo ano e tive a oportunidade de vê-los concluírem o ensino médio. A foto de baixo da praia, é da turma de dois alunos, do primeiro ano do ensino médio. Isto mostra também como o número de alunos varia de uma sala para outra, onde muitas vezes os professores e a equipe pedagógica batem de porta em porta nas casas buscando alunos desistentes ou novos alunos para aumentar as turmas.



Figura 1 - Aula de exploração da floresta nativa na comunidade. Arquivo pessoal.



Figura 2 - Aula sobre a influência marinho costeira no ambiente da comunidade. Arquivo pessoal.



Figura 3 - Visita a patrimônio histórico. Arquivo pessoal

Figura 4 - Vista interna da Escola. Arquivo pessoal



Figura 5 - Feira da Cultura Caiçara. Arquivo pessoal.

Esta foto acima, é um retrato da escola inteira unida, no que foi a organização da Primeira Feira da Cultura Caiçara. Um projeto que idealizei e com o auxílio dos alunos e demais docentes, utilizamos a educação e o ensino de História como ferramenta para produzir conhecimento, voltado para a cultura caiçara da comunidade. Os alunos prepararam os materiais, a respeito do seu modo de vida, cada docente ficou com uma temática, e apresentamos de forma expositiva no trapiche por um dia. Nunca havia ouvido falar em Museu Pop-up ainda, mas já estávamos fazendo e nem sabia.

Assim, com práticas de trabalho voltadas para comunidades, ensino de história, práticas de museologia, pensando sempre em fortalecer aqueles que estão ao redor através do nosso trabalho na escola. A pesquisa em História Pública, da qual trataremos melhor adiante, surgiu da convergência de pensamentos que tive em contato com a comunidade, e analisando a disponibilidade pós pandemia, de termos ao nosso redor, as ferramentas necessárias, para criar um movimento histórico. Saindo de um isolamento onde a ilha ficou fechada totalmente para o turismo, a realidade foi sacudida e transformada por tomadas de decisões dos poderes públicos e privados, que se distanciaram da realidade e dos interesses dos moradores. A ilha ficou fechada, e os moradores sobrevivem da pesca (aqueles que ainda sabiam), doações de cesta básica das pessoas que se sensibilizaram com a causa, e quem tinha uma engordadinha guardada no banco, acabou dando uma emagrecida. Os poderes supra citados, fizeram pouco ou quase nada pela comunidade. Isolar a ilha (não que não fosse necessário), mas sem um suporte, quebrou muita gente. Muitos perderam o emprego, muitos fecharam pousadas, mercados e estabelecimentos.

No pós pandemia, a sociedade externa havia pensado que economicamente estavam abalados, e sim, mas não sabiam que o isolamento deixou a comunidade mais unida do que nunca, e serviu para abrir horizontes de trabalho em comum. Pois não havia ninguém se não fosse pela comunidade em si se organizar para passar pela pandemia, não ia ter ninguém por eles. Ou se unem e param de se matar e deixam as diferenças de lado e se ajudam, ou se matam de uma vez, e é isso que grande parte do poder público e privado quer, acabar com o pobre. Pensando com Nicolazzi (2020), justifica-se o desenvolvimento da pesquisa, entre estes pressupostos sociais e com determinação histórica, política e econômica, para que exista uma relação efetiva na produção de conhecimento coletivo com outros públicos. Neste caso como descrito acima, devido eu viver na comunidade, trabalhar na escola, e conhecer a realidade que nos cerca, os pressupostos se fazem por si mesmos, ao justificar como sendo o mínimo que eu poderia fazer e que está ao meu alcance, usar a educação para tentar transformar a realidade das pessoas para melhor. Tomado pelas ações educativas,

colaborativas e democráticas, buscamos utilizar os meios que estavam disponíveis na própria comunidade e no ambiente escolar, para fomentar através da pesquisa acadêmica de mestrado, um trabalho que tivesse o foco de fortalecer a comunidade, bem como fazer isso através de quem eles eram, o que eles queriam mostrar.

Assim, possível de criação, somente foi possível uma relação pelo estudo da História Pública, onde podemos observar de acordo Mauad (2017) que este tipo de pesquisa, intermedia o desenvolvimento de novas perspectivas de se trabalhar com mais públicos além da academia, e como a partir destas novas perspectivas, pode-se desenvolver um conhecimento crítico, social e ainda estimular o consumo e a divulgação histórica. O envolvimento dos alunos nesse trabalho, juntamente com os seus familiares, vizinhos e amigos, por meio de práticas da museologia e inventário participativo, possibilitou uma produção histórica colaborativa entre comunidade, escola e universidade, procurando organizar um sentido dentro deste universo cultural, onde não só produz conhecimento, mas de forma colaborativa divulga, expõe e realiza uma aproximação ativa de construção do público que a consome.

Destaca-se aqui, que os patrimônios sendo expostos, levam um público muito maior a entrar em contato com o conhecimento histórico, e através da observação e interação, criar uma consciência da importância daquilo que se quer mostrar. As exposições tem isso, querem mostrar algo, e o que nós quisemos, foi isso, através da pesquisa acadêmica e as ferramentas de conhecimento histórico utilizadas, mostrar a cultura tradicional caiçara da comunidade de Brasília da Ilha do Mel, para eles fazerem através da ampliação do acesso ao conhecimento sobre sua cultura, um caminho para o conhecimento, conscientização e preservação dos modos de vida da comunidade. Deste modo, cito aqui o que foi escolhido e que caberia para a realidade local para desenvolvermos este trabalho, e de verdade criar um movimento que fortaleça, e renovassem a fé na identidade cultural da comunidade, pelos mais novos, os mais velhos e os de fora.

Assim, foi pensado para esta pesquisa as seguintes ferramentas, como já citado, reforço aqui o por que das escolhas. A Museologia Comunitária, escolhida para comunidade pensar seus patrimônios, e organizar a sua exposição, com os seus materiais, e procurando dar sentido a ela e por ela, para aquilo que ela deseja mostrar. Há uma dupla reflexão, pois ela reflete na busca pelos materiais e enquanto ele está exposto, mas uma é individual e a outra coletiva. Desta forma, ao serem construídos pelas comunidades, os museus comunitários se tornam instrumentos essenciais para demonstrar a cultura local, valorizando a história e seus patrimônios, reafirmando a identidade da comunidade e buscando uma melhor qualidade de

vida. De acordo com Susy (2017 apud Varine, 2014, p.122), ocorre a legitimação da ideia ao apresentá-lo como uma ferramenta de mobilização social, que revela os recursos disponíveis pertencentes à comunidade e apresenta estratégias para o seu desenvolvimento. Ele se desvincula da imagem de um museu ligado ao passado, cujo interesse maior é preservar coleções, e coloca-o no presente, como um meio para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, que reconhece e valoriza seus patrimônios e os utiliza em prol do desenvolvimento comunitário.

Dentro da museologia comunitária, temos a possibilidade da comunidade selecionar os seus patrimônios, materiais ou materiais, e temos como o nome já diz, o Inventário Participativo, onde a comunidade participa. Ele neste trabalho, foi escolhido para se desenvolver a partir de práticas de dentro da escola, com a interação com os alunos durante as aulas e também fora da escola, eles partissem para uma ação de busca, catalogação, descrição, armazenamento e seleção dos objetos, que eram selecionados no território de Brasília pelos próprios alunos, e suas famílias. Eles eram os pesquisadores, os alunos eram a ponte do com as famílias, e que transitavam indo e vindo neste processo de inventariação. Essa ferramenta, organizada em suas diretrizes pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2014). O Inventário Participativo é uma abordagem que envolve a participação ativa da comunidade local, grupos de interesse e todos que desejam participar no processo de identificação e documentação do patrimônio cultural local. Com esta inventariação de patrimônios, foi possível realizar a criação de um acervo temporário dentro da escola, para um estudo e montarmos um dia de exposição museal com os patrimônios que a comunidade havia selecionado.

Para a integração destes patrimônios levantados pela comunidade, e as atitudes museológicas, como citado, escolhemos como ferramenta expositiva, o Museu Pop-Up. Na quadra esportiva da escola, onde mobilizamos em um dia a comunidade, a escola e os turistas que por ali passavam, uma exposição temporária, diferenciada, e que possibilitou a existência de um evento reflexivo com os materiais abordados pelos moradores, eu que transmitia a sua realidade por seu ponto de vista. De acordo com Kobelinski (2022), observamos que através de exposições temporárias, o público e pesquisadores estabelecem relações colaborativas com as comunidades, envolvendo-se em um trabalho diversificado com objetos de interesse em comum. Com a exposição temporária, buscou valorizar os traços da comunidade em um dia histórico para todos. Pois eles haviam criado um museu, mesmo que temporário, e que este museu contava a sua história. E a curadoria pública foi a peça central, pois a comunidade e os alunos viraram historiadores e museólogos neste trabalho, e o museu pop-up foi a ferramenta

que fez tudo convergir neste evento. Foi a projeção do que eles planejavam fazer com seus patrimônios, eles se projetaram na história com o seu poder de criação, a pesquisa os instigou a realizarem uma interação entre o público presente, se identificando ali e refletindo a existência pelo processo expositivo dos patrimônios.

E este desenvolver do processo de criação histórica a partir da museologia comunitária, é possível pela curadoria pública, ou seja, feito pela própria comunidade, quem quiser levar material, quem quer contar história, quem quer organizar os materiais, quem quer levar de volta pras casas, quem quer receber os visitantes, ser o guia (e tiveram vários), com destaque para o aluno Frederico de Araujo Macedo, excelente aluno e que descobriu novas aptidões com a atividade. Então, a curadoria pública é o “self handmade”, (feito pelas próprias mãos). É extraordinário este fato, pois aonde você irá em um museu, mesmo que temporário e ele vai contar a história da sua família, seus amigos, seus vizinhos, seus antepassados? Aonde você pode escolher o que vai ser exibido no museu em que você e as pessoas que você conhece irão visitá-lo? Isso, somente aqui mesmo, na Ilha do Mel.

Acima então, vimos um pouco da escola, dos trabalhos que foram feitos, dos pressupostos para fazer a pesquisa do mestrado e como tudo convergiu para uma mesma ideia. Abaixo, vamos ter um breve contexto sobre as características do território da ilha, ocupações, disposições geográficas e as definições sociais sobre os tipos de moradores da comunidade. Além disso, vamos mostrar um pouco sobre a noção de patrimônios, e quais são os principais patrimônios apontados pela literatura e pela comunidade, e como estes patrimônios são importantes para a manutenção da cultura local. Posteriormente a isso, trabalhamos com a exposição dos patrimônios levantados pela comunidade e os alunos para o Dia do Museu Comunitário na Escola, considerando em seções as ferramentas que foram necessárias para que isso desenvolvesse, ou seja, a curadoria pública, o museu comunitário, o inventário participativo e o museu pop-up.

Ilha do Mel - Território

A nomenclatura deste território possui diversas versões de acordo com Netto (2022), que vão da antiga produção de mel pelos moradores; uma família chamada Mehl que tinha engenho de farinha; a coloração amarela da água pelo mercúrio e as mutucas que parecem abelhas. Os primeiros habitantes da ilha, como apontam os sítios arqueológicos, são os povos Sambaquis, que viviam da pesca e coleta. De acordo com Parellada e Gottardi (1993), as comunidades primitivas litorâneas, faziam grandes amontoados de conchas com grande destaque na paisagem, e estes montes ainda posteriormente podiam abrigar outros

assentamentos de populações indígenas, como os povos Tupi e Carijós. De acordo com Helm (2006), além da pesca e coleta, realizavam a agricultura de subsistência de mandioca e os carijós que não foram mortos ou capturados pelas bandeiras, passaram a constituir o lastro da população litorânea e reflete que até hoje a população carrega suas características na região.

Ilha do Mel, de acordo com Instituto de Águas e Terras do Paraná - IAT (2011), insere-se geograficamente no Atlântico Sul, na desembocadura da Baía de Paranaguá, no litoral do Paraná. Com formato de baleia e de acordo, possui 2700 hectares, sendo que apenas 200 hectares têm permissão para uso do solo, todo o restante é uma reserva ecológica administrada pelo órgão, que a maneja como área de preservação natural de fauna e flora, impossibilitando o acesso e o uso fora do estudo e preservação. A ilha por se contrastar com este modelo de ocupação e divisão territorial, possui vários agentes administrativos e regras de utilização.

O acesso é feito por embarcações por duas vias: da cidade de Paranaguá, a qual a ilha é pertencente, com barcos duas ou três vezes por semana, em um trajeto que dura cerca de duas horas e; ainda pode ser feito por Pontal do Sul, onde existe um trapiche de embarque com barcos saindo de hora em hora, levando cerca de quarenta minutos a travessia. A ilha se divide em duas comunidades, uma chamada de Brasília e a outra de Encantadas. Toma-se embarcações diferentes para os acessos a qualquer uma das duas comunidades. Já dentro da ilha, é possível ir de uma comunidade para a outra por trilhas margeando a praia e cruzando um paredão de pedras da praia do Miguel em Encantadas para a praia Grande em Brasília.

Na atualidade, de acordo com IAT (2011), a quantidade de moradores na ilha gira em torno de 1200 pessoas, cerca de 700 na comunidade de Brasília e 500 pessoas na comunidade de Encantadas. Não há ruas ou estradas, somente trilhas. É proibido criar animais ou possuir motores a combustão, as práticas de agricultura de subsistência se tornaram escassas depois de proibidas, somente hortas no terreno particular é permitido. O turismo na ilha é impulsionado pela colonização portuguesa no território, trabalhando com os patrimônios culturais da sua presença, fazendo com que os moradores locais passem a investir no transporte e acomodações para os visitantes da maneira que podem, sem ajuda e suporte e sem ser voltado para a comunidade em si, a sua cultura, a sua produção de conhecimento, e as ações públicas do estado pouco consideram a presença dos moradores no território.

Abaixo, vemos uma imagem de gps do território que compreende a ilha e suas redondezas. Realizei por diversas vezes a sua volta a pé. São quase 27 km de extensão, que é possível ser realizado de acordo com fases específicas da lua, como a nova e cheia, a maré seca mais e é possível realizar a travessia pela encosta dos manguezais. Conheço cada canto

do território da ilha, sei da riqueza da pobreza, onde posso ir e também onde não posso. Conheço onde tem remédio, mas também onde tem veneno. E tudo isso, graças aos moradores, alunos, turistas e trabalhadores que sempre estão juntos na parceria, se deslocando, trabalhando, conhecendo e também festejando. Estive sempre na busca do conhecimento tentando entender e aprender tudo o que foi possível, fazendo movimentar a História e o Historiador dentro do território.

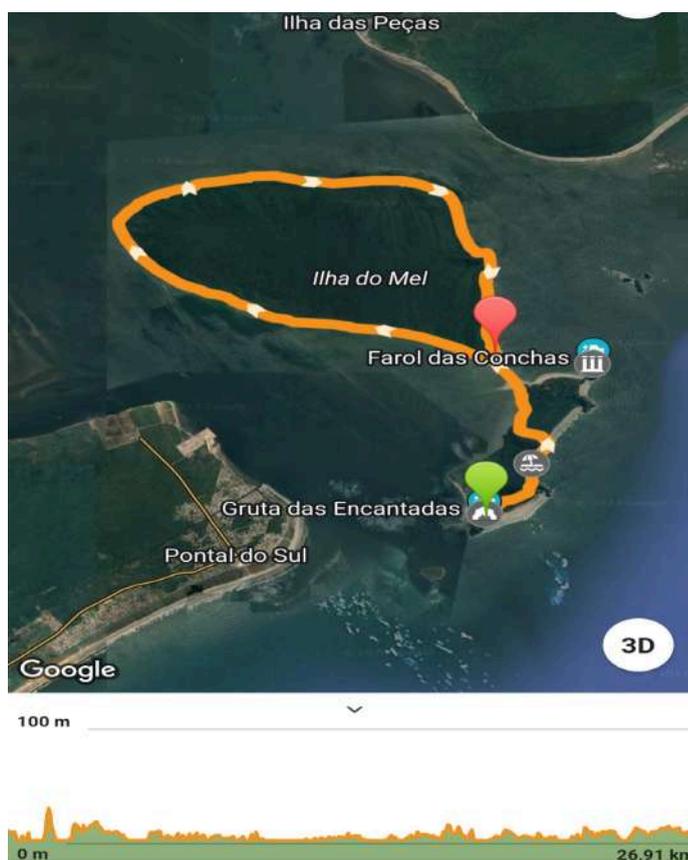


Figura 6 - Volta na ilha 26 km. GPS.Arquivo pessoal

Conhecendo um pouco sobre este território, dados de acordo com o órgão ambiental responsável, podemos observar um pouco do local onde os moradores estão inseridos. A seguir vemos a relação de desenvolvimento cultural dentro deste território, que como vimos, é pequeno, relativamente com poucas pessoas, sem utilização de carros, motos, proibido de criar agricultura de subsistência, é um parque ambiental e também tem áreas de moradia, está sob especulação imobiliária. Mas antes de estar sob especulação, o território como vimos, já foi povoado a milhares de anos. Existe uma dinâmica de ocupações no território e diversas transformações sociais, que fazem com que exista um encontro de culturas cotidianamente,

pois há visitantes de todo o planeta vindo visitar, e obviamente muitos resolvem fazer dali a sua morada, e as culturas vão se mesclando. Não temos como parar isso, e nem poderíamos. Mas a seguir vemos algumas características que fazem cada um dentro deste território possuir uma classificação, se você é morador, e turista, que tipo de morador é? É nativo? Mora a trabalho? Partilha a cultura? Estes pressupostos sociais, vão dar um contexto para compreendermos um pouco melhor sobre como é a vida social na comunidade e como a sua estada no território o define de modo geral.

Caiçara, nativo e morador.

De acordo com IPHAN (2021), o complexo cultural que referencia a cultura caiçara da Ilha do Mel, gira em torno da pesca artesanal, agricultura de subsistência, sustentabilidade, simplicidade das habitações, receitas locais com o que a natureza dispõe, festa da tainha, festa de São Pedro e Nossa Senhora dos Navegantes, transmissão oral de conhecimentos entre os moradores. Vemos com isso a importância que este trabalho teve, em realizar uma relação destas características envolvendo o morador e o aluno na construção deste contexto histórico por eles mesmos. O trabalho mais adiante, mostra pelo olhar da comunidade, seus patrimônios reflexos dessa cultura local que se desenvolve com o meio ambiente de fundo, molhando o seu modo de vida, voltados para a vivência da pesca, horta, roça, extração dos suprimentos da natureza, realização de trocas, além dos cuidados com o território em que vivem, pois ele cita alguns pressuposto identitários como podemos observar no Dia do Museu Comunitário na Escola através daquilo que a comunidade escolheu expor. Desta forma, notamos em Diegues (2004, p. 22), uma das definições do que é a cultura caiçara:

a cultura “caiçara” pode ser definida como um conjunto de valores, visões de mundo, práticas cognitivas e símbolos compartilhados que orientam os indivíduos na sua relação com a natureza e com os membros do grupo e que se expressam em produtos materiais (tipo de moradia, embarcação, instrumentos de trabalho) e nas expressões (como linguagem, música, dança, rituais religiosos, derivados do ambiente marinho e costeiro).

Os caiçaras são descendentes de diversas etnias, de acordo Harder (2021), inclui os indígenas, europeus e africanos, e que ao longo do tempo desenvolveram uma cultura própria numa relação adaptada às condições do ambiente marítimo e costeiro. Os moradores da Ilha do Mel quase não utilizam no seu cotidiano o termo “o caiçara”, mas sim “nativo”, para expressar quem é descendente daquele lugar, que nasceu ali. Ele pratica a cultura caiçara, faz

parte dela, mas se denomina “nativo”, não caiçara. Há também outras variações sobre os habitantes locais como o termo “morador”, que nasceu em outro lugar, veio para a ilha, pode ser parente de nativo ou parente de ninguém, e que depois de cinco anos morando na ilha, pode ser considerado “morador”, podendo fazer uma carteirinha comprovando, para descontos na travessia de barco. Ainda há, a denominação do “morador nativo” que é uma referência a uma pessoa que veio de fora, mas adquiriu características da cultura do “nativo”, ou seja, compartilha da cultura “caiçara”, vive do mar, na comunidade, pesca, participa das festividades e está envolvido no cotidiano. É como se fosse um título de nobreza adquirido por se legitimar culturalmente dentro do território.

Estas diferenciações sociais, são bem evidentes na comunidade, e há uma correção destes termos entre os próprios indivíduos quanto à pronúncia ou referência a outras pessoas, quando referenciado erroneamente a indicar a alguma pessoa. Deste modo, as pessoas deste território possuem características únicas, formadas a partir de suas perspectivas que através disso, formam a sua identidade, constroem e preservam suas memórias e seus patrimônios.



Figura 7 - Nativo Julio Haluch. Preparando fogo para cozinhar. Arquivo pessoal.

Esta foto acima, retrata um morador da Praia Grande, neto da avó Maria, fundadora da comunidade. Tem costume de utilizar lenha para cozinhar as refeições. Busca árvores caídas na mata e procura economizar o botijão de gás, deixando para algumas ocasiões especiais. Por todos os lugares da ilha é assim, areia no chão, pessoal de chinelo e com roupas leves devido ao calor durante a primavera e verão. O Júlio disse que planta cana e que o açúcar industrializado faz mal para a saúde. É um retrato da simplicidade, e a Praia Grande é

conhecida por isso, um povo muito acolhedor, gosta de música, festa e um peixinho assado, além de ser o melhor canto para o surf e ver o sol nascer. (Está na cartilha).

Patrimônios materiais, imateriais e locais de referência.

Para chegarmos até o Dia do Museu Comunitário na Escola, precisamos aqui no texto e no que desenvolvemos na prática, mostrar o que é o patrimônio, e como a partir dele o museu pode se desenvolver. Em qualquer exposição vai ter algum patrimônio, material ou imaterial, e é pela escolha deles que tudo se desenvolve, a princípio a priori, o seu reconhecimento. Quando trabalhamos com os patrimônios utilizando as ferramentas museológicas, como o inventário, a comunidade vai fazer uma seleção daquilo que mais a convém. E é interessante que o patrimônio é algo que desperta a atenção, o sentimento da pessoa sobre a história. Não foi pedido para fazerem o levantamento de algo específico quando iniciaram o Inventário Participativo dos patrimônios da comunidade, mas, podemos observar adiante, no dia da exposição, os patrimônios apresentados vão refletir justamente o que abordamos aqui, a pesca, a culinária, a comunidade, as pessoas; elas poderiam ter trazido qualquer coisa da atualidade também, mas poucos ou quase nada o fez. Pois vemos, então, que os patrimônios e o que a comunidade queria mostrar em seu consciente era aquilo, os patrimônios de um tempo que lhes trazia um sentimento de um tempo bom. Um tempo que hoje não se encontra mais presente, apenas alguns vestígios, é quase que uma melancolia daquilo que não se pode viver mais. A frente veremos a relação dos principais patrimônios e como o trabalho com a museologia comunitária permitiu a comunidade demonstrar seus aspectos.

Os patrimônios culturais da comunidade, são derivados da relação entre suas vidas e o local que está inserida, incluindo a pesca artesanal, a agricultura de subsistência, a construção de habitações típicas, como as "casas de caiçara" (simples e adaptadas ao ambiente litorâneo), além de festividades, crenças e práticas religiosas específicas. A relação estreita com o mar e a natureza, e a culinária se torna baseada em frutos do mar e produtos locais com peixe, camarão e marisco, bem como a preservação de mitos e tradições que são elementos marcantes da cultura da comunidade. Para podermos fazer o inventário durante o trabalho, precisávamos compreender junto com os alunos e a comunidade, o que são estes patrimônios que lhes pertencem. Muitos não falam patrimônio, pensam que é só casa, o barco, o carro, mas com o estudo, pudemos juntos esclarecermos as formas de patrimônio, para eles poderem identificar os patrimônios que fazem ser o que eles são, os materiais e imateriais. Usamos

materiais da área e trabalhamos em sala quais seriam os patrimônios da comunidade e das famílias.

O IPHAN (2016), considera que o patrimônio cultural se forma a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. Os patrimônios são frutos da relação da comunidade com o local que se inserem, gerando seus elementos culturais e se consolidando a partir daquilo desta percepção. Já de acordo com Canclini (1994, p.9) vemos que:

O patrimônio cultural, ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos, não abarca apenas os monumentos históricos, os desenhos urbanísticos e outros bens físicos; a experiência vivida, também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições materiais e imateriais, modos de usar e pensar os bens e os espaços físicos.

A alimentação da comunidade e da ilha, são um reflexo do ambiente que se inserem e aquilo que a natureza proporciona, o peixe e camarão, e isso também se tornou um patrimônio cultural da comunidade, pois existem pratos típicos com estes ingredientes, exemplo a Tainha defumada com banana da terra, ou a Tainha recheada com camarão. É tipo a feijoada ser associada ao Brasil, ou o Barreado do Paraná. Segundo Galvão, Milito e Alexandre (2011), ressaltam que a cozinha tradicional é aquela formada por pratos de tradição antiga, um modelo de cozinha popular que no sentido etnográfico conta a história do grupo que a prepara, tendo uma relação íntima entre alimento e cultura, a ponto de se consolidar como patrimônio da comunidade. Vemos abaixo a tainha defumada e o marisco, que pode ser feito em outro prato tradicional, o Arroz Lambe Lambe:



Figura 8 - Tainha defumada. Arquivo pessoal

Figura 9 - Mariscos. Arquivo pessoal

Partindo deste ponto, notamos que a base da comunidade de Brasília é voltada para a pesca, coleta de ostras e mariscos e havia ainda as extintas roças. Estes são um exemplo de muitos patrimônios que podem existir na Ilha do Mel, e com o inventário foi descobrindo diversas coisas. Sobre a pesca, outro patrimônio e característica desta comunidade. De acordo com Fuzetti (2007), até este ano havia cerca de 98 pescadores na Ilha do Mel, sendo 93% homens, entre 23 a 74 anos.



Figura 10 - Rede de lanço, pesca artesanal Brasília. Praia do Farol. Gilson Gonzaga 24/06/2021

Nesta foto quem tirou essa foto é um aluno, pescador, carrinheiro, filho de pescadores e que estão há gerações na comunidade. Mostra os moradores da Praia do Farol e do Trapiche preparando a rede de lanço para a Tainha. Este sem dúvida nenhuma é um patrimônio que

aparece em todos os levantamentos dos alunos e moradores, todo mundo tem alguma lembrança, foto ou objeto relacionado com a pesca da Tainha. No meio do ano a comunidade para pra isso e o inventário trouxe diversos patrimônios relacionados com esta temática, riquíssima, cultural e financeiramente.

De acordo com Gonçalves (2017) a pesca da Tainha gira em torno de 50 milhões de reais no Brasil, e movimenta fortemente a economia pesqueira da região sul e sudeste do país. Na Ilha do Mel, os moradores mais antigos se reúnem nas praias durante as temporadas, e montam um sistemático esquema de pescaria, no qual envolve a comunidade em forma de um ritual todos os anos. A pesca nestes meses ocorre em todos os horários, inclusive durante a madrugada há equipes na beira da praia. Há peixe para todo mundo neste período, e todos que participam do arrasto ganham um. É um traço patrimonial da comunidade que merece bastante atenção, pois este tipo de pesca artesanal cada vez está menor e vem sendo abalado pela indústria pesqueira do sul e sudeste.

Os donos das redes, canoas e moradores mais antigos, dividem os pescados conforme a hierarquia de cada um, levando os peixes para a venda nos mercados de Paranaguá e região. Cada cardume varia de tamanho e não há uma padronização, podendo estarem em 50 a 5 mil peixes. Porém, devido aos diversos impactos ambientais, apresentados e todas as influências externas que fazem a cultura pesqueira entrar em declínio na ilha, durante esta época do ano, a comunidade busca reativar sua essência através da pesca sazonal, e montam barracas de lona na beira da praia, fazem fogo a lenha, defumam e preparam peixes e vivem de modo caçara antigo, sem energia elétrica e no meio da natureza.

Na Ilha do Mel, com certeza a pesca é parte fundamental da sua identidade, e lamentavelmente a pesca está ficando cada vez mais difícil, pois os cardumes que aparecem cada vez são menores, e muitas temporadas estão chegando atrasados. Isto ocorre devido às mudanças climáticas, poluição e a pesca predatória da grande indústria pesqueira, os pescadores artesanais acabam sofrendo com estes impactos, pois a temporada começa cada vez mais tarde, vem menos peixe, menos alimento, e a característica identitária também vai sendo suprimida. Outro fator muito importante que tem contribuído para os problemas pesqueiros segundo os moradores, são as areias dragadas no canal do Galheta, por onde passam os navios que entram no porto de Paranaguá. Esta areia é despejada a quilômetros da costa, porém com a mudança das marés e a dinâmica do oceano, estas areias vão se depositando em volta da ilha e formando baixos, tapando as tocas de peixe, cobrindo colônia de mariscos.

Vemos também a questão da agricultura de subsistência na ilha, característica e patrimônio de comunidades caiçaras que foram apagadas do território. A supressão e o seu caso, vai ser tratado mais a frente, e importante esta análise, pois ela pode ser feita por ser um trabalho de museologia social, tem cunho social, reflete sobre ações da sociedade, da comunidade, o que a vai manter e também o que a ameaça. Hoje não se pode mais abrir clareiras na mata, nem se dedicar ao cultivo de produtos para a subsistência. De acordo com Schena (2006), se plantava mandioca, batata, banana, feijão, laranja, limão e outras variedades alimentícias. Existiam as casas de farinha, que beneficiam ainda alguns dos produtos. O que se pode plantar resume-se a um pequeno canteiro de hortaliças e temperos dentro do seu lote, onde antes havia fartura, agora mal dá pra alimentar a família. A alimentação da cultura tradicional caiçara, do sudeste e sul do Brasil, possui além da pesca, o cultivo de alimentos em roças que permite ao morador cultivar sem precisar comprar estes produtos no mercado, mas que hoje estão sendo extintos.

No inventário conseguimos buscar para exposição uma peça histórica da casa de farinha na Praia Grande. Um patrimônio extremamente valioso. E como disse na apresentação, não foi fácil levar uma peça de duzentos quilos em um carrinho pela areia por três quilômetros. Mas valeu a pena, a comunidade pode se lembrar do tempo que produziam alimentos na ilha e lembrar das plantações de mandioca, que faziam a farinha e a farinha levavam de canoa para trocar por arroz e outros mantimentos em ilhas vizinhas em na cidade de Paranaguá. Sem dúvidas este foi um patrimônio que emocionou muita gente que estava ali, eu vi pessoas abraçarem esta peça e encostarem a mão como se fosse uma relíquia sagrada. Sensacional, o tempo da roça.



Figura 11 - Peça da extinta Casa de Farinha da Praia Grande. Processava produtos da roça. Acervo pessoal.

Na década de 80 foi proibido na Ilha do Mel a produção de roças, devido a implementação do plano de gerenciamento do território e a criação do parque ambiental, grande parte da ilha foi transformada em área de preservação ambiental, pouco do que restou foi limitado aos moradores para área de moradia e comércio, abrindo espaço também para a especulação imobiliária. As terras até então não tinham valor financeiro, mas sim de sobrevivência, as roças eram comunitárias, produzindo alimentos para diversas famílias a baixo custo. Com a impossibilidade de cultivar alimentos, os moradores tiveram que se dedicar a outras atividades para poderem ganhar dinheiro para comprar alimentos.

Há alguns outros patrimônios que foram incorporados à cultura imaterial da comunidade, as festas e celebrações. Todas possuem um significado para cada morador, e anualmente estão inseridas no calendário, e moldam o consciente do povo, criam oportunidades de trabalho, abrem as portas da ilha para mostrar a sua cultura, e gera diversão e entretenimento para todos que queiram. Pode-se observar que a cultura tradicional caiçara da Ilha do Mel, possui seus próprios elementos em suas formas de festejo e que estão diretamente ligadas a natureza e a crença local, onde as festas são formas de afirmar e manter viva a cultura tradicional da ilha. Desta forma, se torna parte da ilha. As festividades mostram ainda que existe ainda uma cultura em movimento no território mesmo, mesmo sendo difícil organizar festas, anualmente elas são feitas, devido às suas vantagens citadas, e elas passaram a se incorporar na comunidade e todos consideram algo bom, tornando-se patrimônio. É interessante ver isto também, como que algo vira patrimônio, pois o festival do jazz por exemplo, é algo novo, que veio de fora, e tornou-se patrimônio da comunidade, hoje a comunidade que organiza e não mais o pessoal de fora.

Mas, a festa mais típica é a Festa da Tainha. O patrimônio da Ilha do Mel. Ocorre a três décadas, entre o primeiro e o último dia de julho e recebe milhares de visitantes todos os anos. De acordo com Marzo e Martins (2017), a realização da Festa da Tainha retrata muita importância para Paranaguá e suas ilhas, gerando expansão socioeconômica, oportunizando as famílias pesqueiras uma renda em período sazonal, equilibrando oferta e demanda, promovendo o turismo e cultura local. A festa dura um mês e realiza a venda de pratos típicos com a tainha, como assada na escama, com ova, recheada, frita, espalmada e defumada. Na festa e que são vendidos parte dos pescados da temporada. Trazem atrações artísticas, apresentações locais, desfile da miss Tainha entre as meninas da comunidade e fazem girar as diárias de turistas nas pousadas. É uma festa muito próspera, une toda a comunidade, gera lucro, lazer e divulgação. (grande oportunidade de divulgar a cultura local). Esta festa acontece praticamente em todo o litoral sul brasileiro, onde ocorre a abundância da pesca da

Tainha neste período do ano, as comunidades pesqueiras ficam todas animadas, há muita fartura, e a festa é uma comemoração pelo trabalho desempenhado na temporada.

Na comunidade Brasília, não há outra festa tão grande e que toda a comunidade esteja envolvida trabalhando ou festando. Uma coisa importante que é observada em Harder (2021), que as formas de lazer e distração das populações caiçaras giram em torno de danças, comemorações, procissões e alguns esportes como o surf, vôlei de praia e futebol de areia.



Figura 12 - Cartaz da atual festa da tainha. www.seculturparanagua.pr.gov.br . 12/07/2023

A Festa de São Pedro. Este santo tem muita importância para os moradores, pois há mais de trinta anos, a comunidade passava por dificuldades na temporada da pesca da tainha, quando no auge do sofrimento pela intercessão de São Pedro foi pescado um dos maiores cardumes da história local, trazendo fartura e lucro para todo mundo. O santo tornou-se padroeiro da ilha e anualmente no dia vinte e quatro de junho, tem a festa em comemoração e celebração da memória do grande dia da pesca e do milagre.

A comunidade, tem uma relação bem estreita com as manifestações religiosas, como podemos observar no próprio nome da fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, a procissão no mês de dezembro da Nossa Senhora dos Navegantes, onde há uma carreata de embarcações em homenagem a santa e a pedidos de proteção aos barcos e famílias que vivem no mar. Além disso, anualmente saem barcos com excursões para a Festa do Divino Espírito Santo na região de Iguape e Cananéia, no litoral sul de São Paulo. Há muita interação entre as comunidades

do litoral, que compartilhando parentesco, vizinhança são solidários e se articulam através da cultura caiçara.

Nestas relações de ajuda mútua, observa-se em IPHAN (2011), que o mutirão de trabalho na roça nas comunidades caiçaras, era muito comum. Os vizinhos se ajudavam na hora do plantio da roça, na colheita e nos trabalhos necessários para a sobrevivência da família e da comunidade. Quando os trabalhos acabavam, era muito comum a família que estava recebendo ajuda dar uma grande festa comemorativa em sua casa para alegrar a todos. De acordo com Bertoldo (2015), o fandango não é somente mais uma festividade, mas um mecanismo de integração social, de produção e manutenção de laços de parentesco, como forma de reciprocidade das atividades de subsistência e rituais. Nas festas em comunidades das ilhas do litoral paranaense, há sempre um espaço para as apresentações de fandango.



Figura 13 - Fandango. bandnewsfmc Curitiba.com/paranagua-tem-festa-do-fandango-caicara-neste-fim-de-semana.
12/07/2023.

Então como vamos vendo, estes patrimônios da comunidade vão da alimentação, a pesca, extração de marisco, organização de festividades, materiais, histórias, modos de vida, locais sagrados e paisagens naturais, vão formando aquilo que a comunidade se vê refletida. Estes elementos abordados, são mostrados na exposição no dia do museu. E é por estas configurações de elementos e patrimônios que nos fazem presente no texto, que o turista vai querer ir pra Ilha do Mel. Qualquer um que goste de praia, sol, peixe, camarão, uma boa cataia, surf, reggae e um povo simples, vai querer ir pra esse lugar. É um pacote turístico notável, além de só chegar por barco, não ter motores a combustão, locais só acessados por trilha e com pouco sinal de internet, realmente um belo refúgio com um toque de classe de conforto para todos os gostos.

E com a chegada do turismo na ilha, muitos bares e pousadas passaram a investir nos tradicionais forrós, chamando o turista para animação e para a circulação do capital. É possível encontrar música ao vivo até às três da madrugada nos finais de semana, onde de modo predominante, artistas de fora vem para se apresentar. Na ilha há alguns músicos, mas não grupos formados. Um dos mais famosos cantores da ilha e que fala a respeito das suas belezas naturais, se chama Nego Blue da Ilha, nome artístico para o senhor José Luis Rodrigues. Se você está lendo aqui e não ouviu falar dele, recomendo fortemente ouvir suas músicas, bom demais.

Vemos então que as percepções sobre os patrimônios vão mudando conforme o tempo e as transformações sociais vão exercendo influência na percepção da população, até mesmo do que se considera patrimônio. Há um debate sobre a percepção que diversos valores culturais brasileiros e que não eram expressos na cultura material, e havia uma necessidade de novas formas de registro e preservação. De acordo com Lott (2021)

Criou-se o “Registro de bens culturais de natureza imaterial” e o “Inventário de referências culturais (INRC)”, através do Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Instituiu-se a partir deste decreto, os quatro livros de Registros, Livro dos Saberes, Livro das Celebrações, Livro das Formas de Expressão e Livro dos Lugares.

Com isso, abriu o espaço e a oportunidade de diversas comunidades, pessoas e instituições participarem da narrativa histórica e a preservação da sua existência por seus patrimônios. As culturas indígenas por exemplo, seus saberes são passados oralmente, a história oral está aí para nos mostrar a riqueza do patrimônio imaterial. Abriu espaço para considerar novas humanidades, além do bem material, pois muitas vezes bens materiais são voláteis, e se curvam ao tempo. A memória também é volátil, se não registrada, pode se perder a qualquer momento, mas sobrevive ao tempo, pela transmissão e divulgação histórica. Cursos como o de História Pública fazendo estas relações com patrimônios, museus e comunidades, dá um passo enorme nesta questão, de registrar com participação ativa das comunidades na construção do registro e de sua divulgação.

Agora falando de patrimônios materiais, temos na comunidade de Brasília, locais que são considerados muito importantes e de referência no seu dia a dia e que remetem lembranças e moldam a consciência comunitária. A referência mais antiga são os sítios arqueológicos dos povos Sambaquis, considerados os moradores mais antigos do litoral brasileiro e também paranaense, que deixaram seus vestígios presentes em diversas partes da

ilha. Os locais são considerados sagrados para muitos moradores, pois possuem a noção que era um local de sepultamento, alimentação e território indígena, por isso muito místico. Outro ponto importante está na Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, região nordeste da ilha e que abrigou o primeiro ponto de desembarque dos portugueses no início do processo de colonização. A construção se impõe na paisagem e logo a sua frente o primeiro trapiche de desembarque. Como observado no Inventário dos Locais de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos (2013), a Ilha do Mel ficava no meio de um intenso comércio e presença de escravos, como citado no episódio Cormorant, as desavenças ocorridas na região, envolvendo ingleses e portugueses na baía de Paranaguá. Seguindo cerca de quinhentos metros adiante da Fortaleza encontra-se a chamada Ponta do Hospital. Este é um local que resta apenas alguns vestígios arqueológicos sufocados pelo mato, e que os moradores conhecem como o lugar que os escravos eram deixados pelos portugueses para melhorarem a condição de saúde ou se recuperarem de alguma doença, antes de serem levados para Paranaguá. Os escravos vinham da Ilha das Peças, o qual era um local onde os escravos ficavam vindo da África. Peças, era o codinome para escravo.

Na Praia Grande o local de referência é o chamado Canto da Vó Maria. É o local de fundação da comunidade da praia, pela matriarca Maria de Paula Gonçalves. Viveu na Ponta Oeste, filha de portugueses com indígenas, casou-se e se mudou para a comunidade de Encantadas. De lá, retornou para Brasília onde fez o primeiro barraco no meio da mata e passou a cultivar uma pequena roça de mandioca e a produção de farinha. A partir dali se desenvolve a vida comunitária que hoje abriga centenas de pessoas.

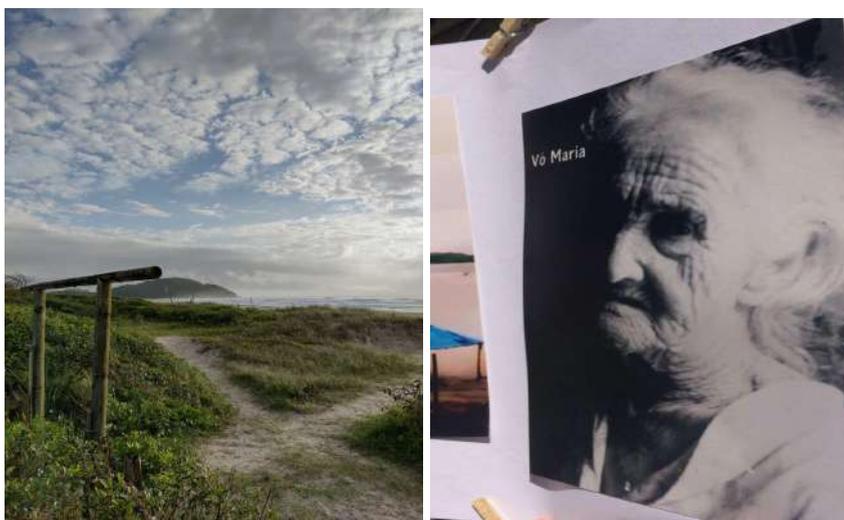


Figura 14 - Praia Grande Acervo pessoal. 07/12/2021

Figura 15 - Maria de Paula Gonçalves, a Vó Maria. Acervo pessoal. 15/05/2022.

Temos ainda o Farol das Conchas na praia de Fora, um elemento que transparece na paisagem ainda quando se está no oceano em direção à ilha. Bem essa a sua finalidade, servir como referencial para navegadores e pescadores e sinalizar a existência de pedras, e alertar para possíveis colisões e naufrágios. Construído durante a colonização portuguesa, hoje ainda em funcionamento, atrai todo tipo de turista que sobe a sua grande escadaria para contemplar uma das visões mais bonitas da Ilha do Mel. Muitos tiram o sustento na temporada vendendo água para os turistas cansados no final da escadaria.

E por último a chamada Ponta Oeste. Na parte de Brasília na Ilha do Mel, encontra-se um povoamento de cerca de 100 pessoas, vivendo do cultivo de ostras e pequena pesca artesanal. Lá ainda não usam energia elétrica, não tem escola, nem posto de saúde. Vivem lá de modo preservado tendo como base das suas vidas o cultivo de ostras e a pesca de subsistência. É uma região isolada, onde poucos turistas ousam fazer a caminhada, dada a distância em que eles se encontram do trapiche de desembarque de Brasília. Indo de caminhada a partir do trapiche leva cerca de duas horas com uma maré seca, o que facilita o trajeto. Ou barco. São famosos pelas ostras, e se for lá e não parar para conversar, comer ou levar uma ostra você não fez o passeio corretamente. São exemplos vivos da resistência e hoje estão lutando no último reduto do paraíso para sobreviver diante do avanço dos outros modos de vida e da especulação imobiliária. É o patrimônio que se refere à ilha na década de 1960, onde a vida era ditada pela natureza e não pelo homem. Hoje o homem trocou o mato pelo concreto, dominou e violentou grande parte da natureza, e hoje vivemos sob as suas regras, a da ganância.

Outro patrimônio da comunidade são as suas lendas, estas intrigam e assustam moradores e turistas, e dita a regra em muitas trilhas e praias da comunidade. O imaginário coletivo a respeito destes bens imateriais, está presente a gerações, e continua passando de geração em geração, até os dias de hoje. Eu confesso que já tive que me deslocar a noite sem lanterna por dois quilômetros e meio a mais e passar só pela curva do arripio, me c*agando tudo, do que fazer o caminho. Não tem um morador sequer que não tenha alguma passagem envolvendo as lendas da comunidade.

As lendas que estão presentes na comunidade, são em sua maior parte sobre fenômenos que acontecem na natureza. De acordo com Marques (2022), as lendas fazem parte da identidade da comunidade, pois estão diretamente ligadas com uma construção de saberes e hábitos do povo. E através da história oral, elas são contadas pelas gerações de moradores, refletindo aquilo que os indivíduos relacionam e tem como experiência com o sobrenatural presente na ilha e moldando também o consciente do coletivo, levando a um respeito maior,

medo e também espanto de certos locais da comunidade. Dentre as principais lendas da comunidade está a do Pai do Mato. Observa-se em Marques (2022) que é um homem de chapéu de barba grande que vive nas matas da Praia Grande. Temido e respeitado pelos caçadores e andantes das matas é o protetor da natureza. Carrega consigo muitas ferramentas que fazem barulho quando corre, assustando quem entra na mata desrespeitando quem lá vive. A mata fechada e preservada exerce forte influência no imaginário da comunidade. Muitos têm respeito, e por não ter trilhas demarcadas, pouquíssimos se arriscam a um passeio por ela, porém, é revelada uma outra face da ilha sem mostrar sinal de respeito por onde passa. O Pai do Mato desta forma conhece e abençoa a passagem daqueles que são dignos. Ainda, conta-se que há a Hora Sagrada, das 22:00hs às 06:00hs da manhã, período o qual não é orientado andar nas matas, por ser um horário somente dos protetores das florestas estarem caminhando.

Na localidade da floresta da Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, poucas pessoas passam nas trilhas a noite, pois escutam barulho de correntes e pedidos de socorro, que de acordo com Pizzatto (2021), é proveniente do processo de escravidão pela qual teve na ilha. Ainda é possível observar nesta localidade, a existência da lenda do Padre sem Cabeça, que de acordo com a história conta-se que após os ingleses avistar e apreenderem dois navios negreiros na Baía de Paranaguá, foi confiscado as riquezas e tesouros que dentro da embarcação estavam. Dentro do navio inglês, o Cormorant, havia um padre e um marujo surdo e mudo, que foram designados a ir com o capitão em terra para esconderem o tesouro e passar pelo mar da frente da Fortaleza Nossa Senhoras dos Prazeres, pois sabiam que tinham grande possibilidade de serem alvejados pelos canhões.

Então desta maneira, queria enterrar o tesouro para voltar depois com mais tranquilidade para resgatar. O padre brasileiro que havia sido pego de refém na cidade, foi obrigado com o marujo a cavar e enterrar o tesouro. O capitão logo viu que os dois sabiam onde tinha escondido as riquezas, matou os dois, arrancando a cabeça do padre. Os ingleses conseguiram fugir, mas nunca mais voltaram para buscar o tesouro, pois desapareceram em um naufrágio na volta para casa. O padre vaga até os dias de hoje, procurando sua cabeça e atrás de alguém que seja merecedor de desenterrar o tesouro escondido nas matas da fortaleza.

Podemos observar então, que os patrimônios citados, os locais de referências, o complexo de alimentação, as festas, celebrações religiosas, as lendas, tudo isso possui elementos derivados do território da comunidade de Brasília na Ilha do Mel. A relação entre natureza, alimento, floresta, riquezas, pirataria, escravidão, pontos turísticos, tudo isso se entrelaça com um unico pano de fundo, o território da ilha. Por isso é muito importante conhecermos quais são os patrimônios e as referências que a comunidade possui, e que veio

ao nosso encontro pelo inventário participativo e a curadoria do pessoal da comunidade e da escola, elas estavam esparsas na comunidade, e pela prática da pesquisa, conseguimos fazer uma compilação generalizada de um padrão para os patrimônios culturais da comunidade de Brasília na Ilha do Mel.

Fatores de supressão cultural

Aqui é necessário fazer uma breve reflexão, pois é um ponto em que podemos mostrar quais são estes elementos delicados de se trabalhar e que exercem grande influência no modo de vida da comunidade. E são elementos que estão aí, e a comunidade muitas vezes não pode fazer nada, pois está além do seu alcance as tomadas de decisões, há pouco começou a se falar em união, em batalha e enfrentamento dentro da comunidade. O que vemos hoje são décadas de história e mudanças sociais que acontecem em todos os níveis políticos da sociedade paranaense, e a Ilha do Mel vem sendo cobiçada de um governo para o outro, e a comunidade somente é avisada das decisões. Estas decisões tanto do governo quanto de empresas que destroem o meio ambiente ao redor da comunidade e acaba com muitas fontes de alimento e aumentando até mesmo a repressão, vai transformando a cultura local, que de tradicional vai se mesclando a cultura urbana.

Temos, então, o desenvolvimento desestruturado do turismo, onde empresários se lançam juntamente com o governo para especular terrenos na ilha, levando ao aumento do preço dos lotes, dificuldade do morador em adquirir, e forçando muitas vezes moradores a se mudarem da ilha. Ainda há o problema da poluição, falta do saneamento básico, tratamento de esgotos, e falta de acesso correto à água potável por parte de muitas famílias, que fazem ligações direto da fonte no mato. No aspecto da poluição, vemos a falta de cuidado com o entorno marinho, onde há o derramamento de esgoto no mar, jogam também lixo, há o acúmulo de poluentes vindo do combustível dos barcos, um acúmulo de resíduos jogados pelos navios cargueiros e que se acumulam em algumas praias. Por causa dos cargueiros, a draga muda a paisagem e o relevo marinho com o despejo de areia, onde leva a diminuição dos peixes, mariscos, ostras e locais de mergulho e produz ainda uma dificuldade de atracar barcos dos moradores pois formam um grande terreno arenoso onde antes era somente água.

Umás coisas que mais afetam a comunidade além de tudo isso, sem dúvida são as leis que restringem o morador a produzir alimento e no manejo do seu território. Com a proibição das roças e a limitação da pesca artesanal, as pessoas ficam restritas à alimentação vinda de fora, não há mais o acesso permitido a diversos recursos naturais. Muitas vezes os pescadores entram em queda devido ao avanço da pesca industrial, que prejudica o peixe por fora da ilha,

impedindo a sua chegada às margens para a pesca do morador local. Todos estes elementos, levam à supressão das práticas tradicionais da comunidade, pois como apresentamos acima no texto, seus patrimônios, suas características culturais, são derivadas justamente disso, do mar, da pesca, dos rituais, das crenças, da culinária. Se estes elementos vão sendo suprimidos, extintos ou deixados para lá, a cultura logicamente vai no mesmo caminho. Por tanto, mostrar aqui os elementos que impactam a comunidade, mostra que esta pesquisa vem para ajudar a comunidade resistir.

O território da Ilha do Mel em geral passou a ser explorado com fins comerciais a partir da década de 1980. No ano de 1982, conforme Harder e Marçal (2021), o governador José Hosken Novaes aprovou, por meio do Decreto nº 5397, um plano de uso que delimitou as áreas de acampamento para turistas, a quantidade de barracas e churrasqueiras permitidas, além da instalação de sistemas de informações turísticas em Pontal. Os moradores, segundo o plano, iriam ser capacitados para a criação de peças de artesanato para vender aos turistas, como alternativa a limitação do uso do cultivo de roça de subsistência e da pesca em detrimento do novo modelo de uso do território voltado para o turismo. O estado passou a negligenciar e limitar a vida dos moradores, e neste novo processo de uso, muitos não conseguiram abrir o seu negócio e acabaram sem o diálogo adequado com o estado, que passou a impulsionar o turismo e a não dar um suporte adequado para os moradores. Esta é ainda uma das causas de problemas até hoje, a falta de manejo adequado, e a limitação de uso aos moradores e a expansão urbana com a especulação imobiliária que se criou no território nos anos seguintes a estes decretos e ações do estado.

Para Harder e Marçal (2021) o relatório da comissão especial do plano de manejo da Ilha do Mel em 1980, apontava que um grupo de empresários desenvolveram um plano de aproveitamento turístico com o grupo da Paranatur, mas devido a pressão popular o governador indeferiu o pedido dos empresários. Da década de 1970 até o fim da 1980, os turistas que frequentavam o lugar, gostavam de se sentir da maneira mais rústica possível, sendo levados a uma experiência de imersão em meio a natureza do estilo de vida do nativo caiçara, à luz de velas, fogo à lenha e pesca. Com a troca do gerador de energia instalado em 1988, todo esse modo de vida sumiu e a ilha foi direcionada para o turista. Segundo Schena (2021), o pescador passou a vender o seu peixe para o comércio local e não mais para o mercado em Paranaguá, criou-se o transporte de bagagens e precisou aumentar a quantidade de barcos para buscar os turistas para a ilha. O pescador abandonou a pesca e se dedicou ao transporte de passageiros.

Veio então a especulação imobiliária, construção de pousadas, campings e tudo que necessite para a expansão do turismo. Muitos dos que iniciam esse processo de construção são pessoas de fora, já que a maioria dos moradores locais não se apresentavam como elite econômica e pelo modo de vida de subsistência, não davam um “foco” para o dinheiro e o lucro. Assim, muitos dos nativos passam a trabalhar como funcionários de restaurantes e pousadas de outras pessoas, devido ao processo de manejo que limitou a vida do morador local, levando muitos a se mudarem para a cidade por não conseguirem se adaptar. De acordo com Jafari (1990), ocorreu a mudança de costumes de comunidades consideradas tradicionais devido à expansão do turismo, globalização, urbanização, mídia e modernização. Estas mudanças que seguiram na vida do nativo, alteraram a sua percepção do tempo que antes era marcado pela condição da natureza, pesca e roça, e que agora dispõe um confronto de diversas culturas em cima dos moradores, onde acaba suprimindo a própria cultura raiz da comunidade.

Os moradores agora são multados e penalizados se praticarem sua cultura antepassada e como observado em Figueiredo (1996), a utilização dos recursos naturais criou certo tipo de variação cultural. Com estas transformações na paisagem histórica, o aumento do fluxo de pessoas e corrente desvalorização do patrimônio cultural caiçara, pelos órgãos competentes, inicia-se uma série de problemas como falta de escola, posto de saúde, policiamento, estrutura para saneamento básico e o estado, incluindo o Governo Federal, não se fazem minimamente presentes no auxílio a estas comunidades. É importante observar que a cultura caiçara, que antes se baseava na sobrevivência em meio à natureza, vem sendo transformada em uma cultura do turismo, mas um turismo não comunitário, um turismo exploratório de empresas e agentes públicos.

Isso implica em uma mudança significativa na forma como a se relaciona com o meio ambiente, a utilização ou não da natureza para sobrevivência, levando em conta ou não a preservação e transmissão da cultura para as novas gerações. No meio disso, destaca-se também a falta de uma estrutura adequada para o turismo na ilha. Embora tenha sido destinada ao turismo, poucas ações foram tomadas para melhorar as condições de uso e manejo, deixando as comunidades locais com pouca infraestrutura. Podemos observar de acordo com Schena (2021), que iniciou-se um processo de policiamento ostensivo nos campings dos nativos, porém as pousadas em que os donos eram de fora não eram visitadas.

Como resultado deste processo, a procura por campings caiu drasticamente, levando ao fortalecimento das pousadas de moradores e não nativos. Ainda vemos em Schena que a portaria 212/99 do IAP, que instituiu uma cobrança de contribuição para ações de conservação

de infraestrutura na ilha, não ocorre prestação de contas, não tem as obras, e ficam sem saber ainda para onde vai o dinheiro arrecadado. A Ilha do Mel é o segundo local mais visitado no Paraná, perdendo apenas para as Cataratas do Iguaçu.

Dia do Museu Comunitário na Escola: Museu Comunitário, Inventário Participativo, Curadoria Pública e Museu Pop-up: reflexão, fortalecimento e divulgação da cultura caiçara local.

Então vemos o seguinte sobre a escolha de elaborar o Dia do Museu Comunitário na Escola. Descreve-se aqui, as ferramentas de trabalho utilizadas com a História Pública para desenrolar a exposição. Primeiramente o Museu Comunitário. Ele partiu de uma iniciativa que buscou valorizar a cultura local, a partir do seu contexto histórico, sendo mediado por ações educativas, partindo de dentro do ambiente escolar para fora, e trazendo de fora experiências e conhecimentos para o ambiente escolar. De acordo com Chagas (2009), o museu comunitário permite a valorização do patrimônio local, preza uma aprendizagem contextualizada, faz um engajamento da comunidade escolar, desenvolve consciência crítica, além de ser uma exposição interativa. É justamente o que buscamos com a pesquisa, uma linha de pensamento que trabalhasse com os patrimônios da comunidade e que ao trabalhar com ele as pessoas tivessem esta interação, fazendo reflexões e interagindo com eles. E esta linha museológica, a comunitária, vai dar valor e foco para trabalhos com comunidades, ou grupos que tradicionalmente estão marginalizados da historiografia oficial, ou até estão, mas com outros vieses.

E foi por isso, que começamos a aprender sobre o que é a museologia comunitária, passando por cursos, capacitações e buscando em nomes nacionais e internacionais, orientações para o desenvolvimento do melhor trabalho possível. A museologia comunitária é relativamente nova e está no Brasil em pleno desenvolvimento, em uma rede com certificações da ABREMC - Associação Brasileira de Museus Comunitários e Ecomuseus. Que orienta pesquisadores, comunidades, estudantes, museólogos, historiadores e demais interessados, a pressupostos para a organização de trabalhos com museus e comunidades. Hoje, na Unespar, da qual fazemos parte, abriu uma disciplina, acho que a única do Brasil, e surgiu infelizmente depois da pesquisa que fizemos, com o título de História Pública, Museus e Comunidades. O museu comunitário vem então para atender esta demanda por uma nova perspectiva histórica e o trabalho com patrimônios não tradicionais, e escolhemos esta abordagem para atender a nossa demanda. Como não foi possível uma construção permanente, optamos por uma temporária. Na quadra da Escola, lugar neutro, aberto

literalmente a todas pessoas. Um dia do museu comunitário na escola. Une, atitudes museológicas, escola e universidade.

Temos também a utilização como ferramenta, o chamado Inventário Participativo. As principais diretrizes são do IPHAN como apresentado no texto acima, mas podemos observar também com Sant'Anna (2013), que utilizar esta ferramenta, fomenta a interação entre as pessoas da comunidade para buscar, identificar, catalogar e interpretar o patrimônio cultural de comunidades. Esta prática, vai fortalecer a comunidade através do dinamismo da pesquisa de bens materiais e imateriais. Está prática de ser participativa, está relacionada com a participação de diversas pessoas para buscar os itens que representam a comunidade, e possivelmente sua acomodação em acervo ou exposições. O inventário participativo foi escolhido por permitir à comunidade ser o agente ativo de sua construção histórica, onde ela mesmo seleciona os seus materiais que a ela e a comunidade. Este inventário, segundo Sant'Anna (2013), valoriza os saberes e memórias locais, fortalece a identidade cultural, sensibiliza, educa e permite uma gestão compartilhada dos patrimônios inventariados. Sair em busca dos bens da comunidade de forma coletiva como apontado aqui no texto algumas vezes, foi importante para as pessoas entrarem em contato com seus patrimônios, reviver a história, conhecer fatos e acontecimentos de outras pessoas que fazem parte do seu convívio, e também projetar a partir disso tudo, até mesmo um futuro. O inventário permitiu à comunidade compor a sua história, uma ferramenta muito importante e transformadora.

Para gerenciar esses patrimônios que fizeram parte do inventário, no início deste processo, obtivemos informações importantes sobre a curadoria pública, que era na mais do que a própria comunidade se colocar à disposição de coletar, armazenar, catalogar, identificar e fazer o necessário para a promoção das ações práticas da museologia, com a finalidade de montarmos o museu. A curadoria pública veio de encontro com as nossas demandas, pois não tínhamos pessoal ligado a museologia para trabalhar, não tínhamos mais historiadores, mas todos os participantes foram habilitados para assumir estas funções, cada um da sua maneira, ajudando do jeitinho que podia. Este traço de a comunidade poder fazer ela a gerência de seus artigos, abre espaço para novas formas de trabalho, além de ela mesmo saber como lidar melhor com os seus pertences, fazendo eles também a reflexão sobre os materiais. Foi um elemento muito importante que escolhemos para trabalhar na pesquisa. Mostra que não é necessária uma formação acadêmica para trabalhar com museologia comunitária. Esta forma de gerenciar os patrimônios, possibilitou uma exposição mais eficiente e original, que procurou a valorização a partir da perspectiva local, levando através deste trabalho de gerência de materiais, um fortalecimento cultural pela dinâmica de trabalho. De acordo com

Menezes (2021), a curadoria pública permite uma participação da comunidade de modo ativo, empodera-a e a torna protagonista do processo museológico, ao mesmo tempo que diversifica as narrativas históricas, abrindo diálogos com várias partes da sociedade, levando a uma verdadeira relevância para os moradores. Mais a frente aparecerá um registro prático desta ação de curadoria pública.

E para apresentarmos e divulgarmos este trabalho, concretizando o Dia do Museu Comunitário na Escola, na convergência das ferramentas que ali foram citadas, optou-se por uma exposição temporária. Conhecemos o estilo Museu Pop-up, como retratado no texto anteriormente, ele abre espaço para divulgação em locais não convencionais, para público também não convencional, mas com abordagens temáticas próprias e convenientes para os locais que serão instalados. Em nosso caso, trazer o museu com objetos da comunidade para dentro do ambiente escolar, envolvendo instituições públicas e privadas, na exposição do conhecimento que foi elaborado coletivamente durante o tempo da pesquisa científica. De acordo com o que constatamos em Chagas (2016), este tipo de museu representa uma ferramenta poderosa para aproximar museus e sociedade, onde através de estruturas temporárias, permite que o patrimônio cultural seja vivenciado em espaços alternativos, promovendo diálogos e fortalecendo a cultura local. O museu pop-up, deste modo vai aproximar o público de sua realidade pelo engajamento comunitário e a sua flexibilidade vai permitir um contexto educativo e dinâmico.

Deste modo, podemos constatar também essa confirmação sobre a História Pública permitir realizar todas estas relações e uso de ferramentas diversificadas para a construção e divulgação histórica com enfoque público, com Rovai e Almeida (2011), onde destacam que a elaboração de conhecimentos deve envolver ativamente as comunidades na preservação e valorização de suas memórias e identidades, ressaltando ainda que a História Pública pode servir como uma ponte entre historiadores e o público. Assim, a divulgação desta construção coletiva, é muito importante considerarmos para a História Pública, pois ela tem como um dos seus objetivos, procurar disseminar o conhecimento produzido por diversos meios de divulgação. Com Chagas (2010), vemos que a divulgação aumenta a visibilidade, engaja mais a comunidade, educa e sensibiliza as pessoas para a causa, fortalecendo a identidade local. Existem hoje algumas estratégias utilizadas pelos museus para divulgação histórica, e que aos poucos vai se tornando mais acessível para as pessoas as exposições. Muitas pessoas ficam sabendo somente depois que já passou o evento, por isso a necessidade de utilizar várias formas de divulgação. Nosso trabalho foi divulgado no rádio, jornais digitais, redes sociais, panfletagem e boca a boca na comunidade. Após o evento tivemos importantes

divulgações dos resultados. Começando com a Folha do Litoral, jornal de circulação em todo o litoral paranaense.

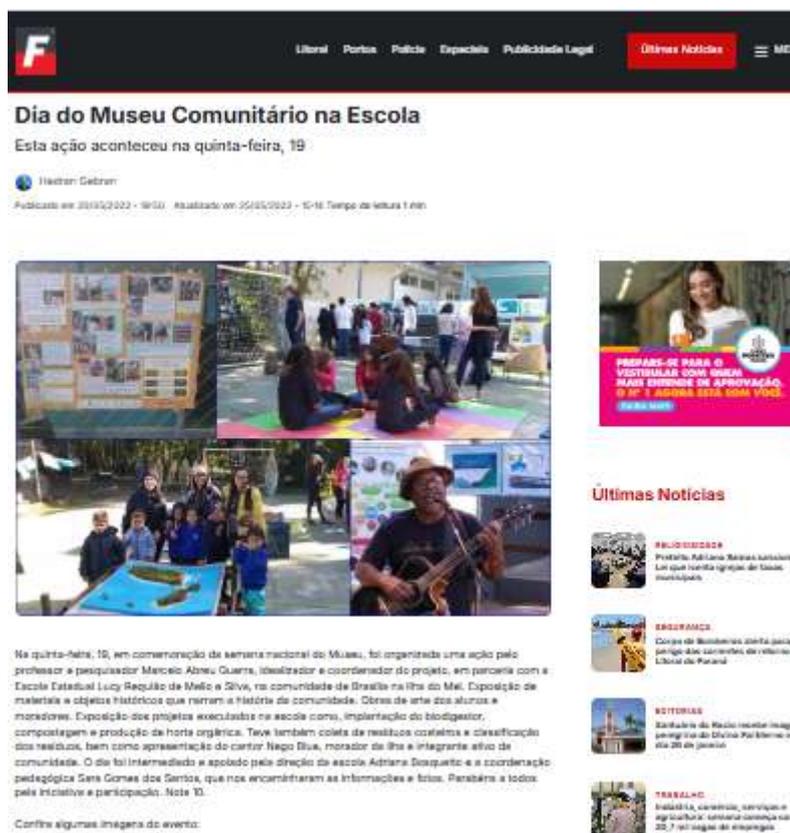


Figura 16 - Divulgação do evento em jornal local. Arquivo pessoal.

<https://folhadolitoral.com.br/colunistas/coluna-do-guru/dia-do-museu-comunitario-na-escola/>

Ainda posteriormente, tivemos uma importante publicação na Revista Internacional de História Pública, mostrando nosso trabalho de forma colaborativa com o prof. Dr. Michel Kobelinski, o qual também é o orientador da pesquisa de mestrado, e que não mediu esforços sempre para estar à disposição para tudo o que foi preciso, e alavancou os conhecimentos para outras partes do mundo, sem ele nada disso tivesse sido possível.

The image shows a screenshot of the IFPH (International Federation for Public History) website. The header features the IFPH and FIHP logos. Below the header is a navigation menu with links for 'About Public History', 'Membership', 'Institutional Members', 'Bridging (Blog)', 'Newsletter', 'Conferences', 'Resources', and 'Journal (JPH)'. A 'FOLLOW:' section includes social media icons for Facebook and Twitter. The main content area displays a blog post titled 'Museum & Community: Participatory inventory and creation of the Ilha do Mel community museum (Brazil)'. The post is dated September 14, 2022, and is part of the 'IFPH Community Museums Worldwide Series'. The authors are Michel Kobelnicki and Marcelo Henrique de Abreu Guerra. The post includes a sub-heading '1. A museum under construction?' and a short introductory paragraph. Below the text is a photograph of a map displayed on a wall, likely at the museum being discussed.

Figura 17 - Divulgação dos trabalhos em revista internacional de história pública. Arquivo pessoal.

<https://ifph.hypotheses.org/4426>

No próximo artigo abordaremos mais esta questão da divulgação, pois ela é um traço importante para o consumo da história, é necessário que façamos o conhecimento chegar até as pessoas, e que este conhecimento seja simples de compreensão para um melhor consumo. Que instigue as pessoas a produzirem mais conhecimento também, mas um conhecimento produzido com intenção, com o público que irá consumi-lo, foi isso que buscamos fazer, além do consumo interno, dentro da comunidade, expandimos para o mundo aquilo que foi feito. E só é possível atingir tal magnitude, um colaborando com o outro, ninguém faria isso aqui sozinho. O trabalho colaborativo é mais um traço do por que escolhemos todas estas ferramentas mediados pela pesquisa em História Pública.

Características e fotos do Dia do Museu Comunitário na Escola

A ideia de ter produzido um museu com a comunidade dentro da escola, convergir as ações que tivemos com o inventariamento de forma participativa e coletiva, onde as práticas de curadoria pública dos moradores e dos alunos, permitiu a elaboração de uma exposição temporária com caráter social. A exposição teve objetivo de organizar os patrimônios inventariados de modo que a comunidade se percebesse durante o tempo no território da ilha. Os alunos com moradores dispuseram as peças e ajudaram na organização, realizando a curadoria de forma pública. Divulgar o que foi feito é um elemento que se fez pela exposição museológica, onde a divulgação expositiva fez com que a realidade de todos estivesse ali presente.

Um evento que contava a sua própria vida, eles eram os atores e os espectadores ao mesmo tempo, num momento único de reflexão e interação entre pessoas e pessoas e os patrimônios. Não adiantaria nada fazer o inventário, falar de museu comunitário, de patrimônio e deixar tudo guardado, ou só ali dentro da escola pra quem quisesse que fosse ver. Não, foi pra escancarar, mostrar tudo aquilo que cada um escolheu, realizar uma interação entre escola pública, universidade pública e comunidades tradicionais, na concretização de um trabalho em que todos participaram e puderam se assistir no final, mas um assistir interativo, onde você interage com as peças e os atores, é o teatro da vida e o pano de fundo em comum a todos é o território da ilha. Ali todos viram do que são formados.

Teve música ao vivo, vendas de artesanato, exposição de fotografias das mais variadas, livros, materiais de pesca, registros dos Sambaquis, pedras da construção do Farol no século XVIII, exposição de surf, animais marinhos empalhados, artes feitas pelos alunos, receitas de comidas típicas, materiais que remetem às antigas roças e casa de farinha. Teve exibição de trabalhos sobre as lendas da comunidade, maquetes sobre a fauna e flora da comunidade, rodas de conversas e show ao vivo com o mais célebre artista local, Nego Blue.

Tudo isso somente foi possível devido ao trabalho extremamente organizado dos alunos, docentes e moradores, onde realizaram; busca, registro, catalogação, organização dos materiais, salvaguarda na escola, seleção dos objetos para exposição, organização e disposição dos materiais, divisão em categoria, organização da curadoria entre os alunos e moradores. Tudo era levado pra escola, as salas estavam lotadas, tinha coisa na secretaria, por fora, e muita coisa foi levada no dia. A exposição teve visitas também de turistas, trabalhadores que estavam na comunidade, e também foi divulgada via internet, jornais, rádio e panfletagem colada em diversos pontos estratégicos da comunidade. Todo esse processo dinâmico de movimentar os patrimônios que estavam estáticos nas casas, nos comércios e na memória das

peessoas, fez com que despertasse o interesse de quem não conhecia, fez ressurgir o interesse em quem já conhecia, e pode fomentar novamente o amor pela cultura tradicional caiçara da comunidade. Os objetos tocavam a memória e o sentimento daqueles que ali estavam. Jovens, adultos e idosos, todos se viram imersos em meio a História da comunidade de Brasília, e melhor ainda, eles que tinham feito. Nesta perspectiva, todos são importantes e podem ser agentes na construção do conhecimento histórico, levando ao que Frisch (2016), considera como autoridade compartilhada, tendo a possibilidade de uma construção mais ampla e participativa, com todos tendo o mesmo grau de importância.

O objetivo foi concluído com sucesso. A reflexão fortaleceu a identidade da comunidade através da participação na criação da exposição e forma que organizaram os patrimônios, sem nunca ter ao menos qualquer formação acadêmica ou técnica na área de museologia ou história. Esse sem dúvida foi um elemento muito importante, e foi um sinal de que realmente a pesquisa fez aquilo que objetivava realizar. O trabalho foi positivo, teve fortes emoções entre os moradores, muito choro diante da visita ao passado e o presente da comunidade de Brasília, pelos seus próprios objetos na exposição. A curadoria na hora foi espontânea, os alunos e os moradores, utilizavam e refletiam sobre os objetos que eles levaram, catalogaram. Esta forma de trabalho foi vista com Susy (2017 apud Varine, 2014, p.122), onde

o museu comunitário legitima a ideia ao apresentá-lo como uma ferramenta de mobilização, que revela os recursos disponíveis pertencentes à comunidade e apresenta estratégias para o seu desenvolvimento, desvincula-se da imagem de um museu ligado ao passado, cujo interesse maior é preservar coleções, e coloca-o no presente, como um meio para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, que reconhece e valoriza seus patrimônios e os utiliza em prol do desenvolvimento comunitário, dando-os um sentido atual (significando-os e ressignificando-os).

Aqui vemos dois relatos de uma aluna e um morador: É um museu [temporário] construído com a comunidade através dos alunos, promovendo grande interação no ambiente escolar e comunitário. São eles contando sua história através da sua própria memória, enfatizando o protagonismo dos estudantes e da comunidade por meio de ações públicas e performáticas. A aluna Maria Eduarda da Silva Bueno (13 anos) adorou a ideia: “Achei muito legal o museu porque mostra e explica sobre produtos e artefatos do passado; essas são histórias importantes que precisamos saber. Gostei das apresentações que mostraram a história do porto [de *Paranaguá*], como era a obra e a necessidade de dragagem”. O morador Júlio Haluch, (50 anos), achou bom demais: “Nunca teve uma ação destas antes, é muito

significativo para a comunidade e para a criançada. Faz despertar o verdadeiro espírito dentro de nós, que é o da natureza que nós vivemos, que é a Ilha do Mel e como cada um tem uma história com ela”.

As exposições colaborativas reforçam a necessidade de construção de um espaço museológico permanente focado na preservação do patrimônio, na salvaguarda de conhecimentos e costumes tradicionais e na sustentabilidade dos recursos naturais das comunidades caiçaras da Ilha do Mel, no litoral do Paraná.



Figura 18 - Entrada do Evento. Arquivo pessoal.

Figura 19 - Cartaz de divulgação online e impresso. Arquivo pessoal



Figura 20 - Curadoria entre alunos e docentes.

Figura 21 - Vô Diamantino. Arquivo pessoal

A figura 20, mostra algo que viemos sempre destacando, a curadoria pública. Vemos o professor de roupa cinza de tocar, com o aluno Frederico de blusa xadrez, explicando artefatos arqueológicos para os alunos do município, ambos se complementam nas explicações, em um momento de espontaneidade e geração e transmissão de conhecimento de forma pedagogicamente adequado a realidade do momento e da comunidade. Quem mais pode conhecer os patrimônios da comunidade do que a própria comunidade?

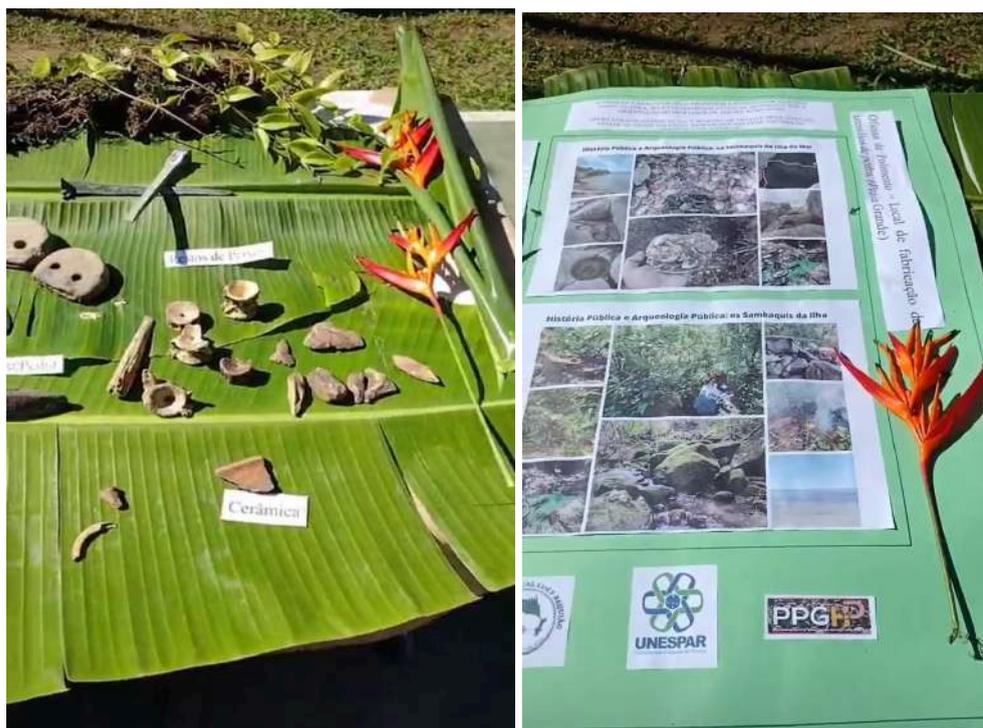


Figura 22 - Registro dos Sambaquis. Arquivo pessoal



Figura 23 - Visitantes. Arquivo pessoal



Figura 24 - Registro de pesca.

Figura 25 - Animais marinhos. CEM. Arquivo pessoal



Figura 26 - Nego Blue. Artista local. Arquivo pessoal.

Figura 27 - Moradores visitando. Arquivo pessoal

Diante destas fotos, vemos então que a ação da pesquisa mobilizou a comunidade escolar e dos moradores da ilha. Os patrimônios foram colocados em movimentos, organizados por eles mesmos e também organizados para eles. Cada um dedicou um tempo para escolher seus objetos e, já no momento em que ele escolhia, ele já fazia um julgamento sobre este objeto. Isto foi muito importante, pois a pesquisa procurava justamente realizar esta ação primordial, a reflexão. Através dela, vem o juízo de valorização, recordação, busca nos arquivos da memória, e que nem sempre são sentimentos de amor ou amizade, muitos objetos contam histórias tristes, antes que já se foram, separações, brigas e desastres naturais.

Considerações finais

Este trabalho foi ferramenta para realizar o levantamento dos patrimônios da cultura tradicional caiçara da comunidade de Brasília na Ilha do Mel. Como vimos, este levantamento foi realizado através da utilização das ferramentas e ações do inventário participativo, onde alunos e moradores participaram ativamente do processo de inventariação de seus patrimônios, bem como desenvolveram um processo de curadoria pública para gerir os materiais que foram levantados. Também, observamos como a ferramenta de museologia comunitária possibilitou atividades relacionadas a exposição museológicas, que tiveram a finalidade de expor os patrimônios inventariados pela comunidade, buscando através de uma exposição temporária na escola, criar um ambiente reflexivo acerca dos patrimônios organizados em exposição museológica. Estes elementos abordados, partem da premissa de um cumprimento de função social, onde o pesquisador, historiador, através da pesquisa acadêmica, busca realizar a construção de conhecimento histórico colaborativo e indutivo, ao ser induzido pela necessidade de fortalecimento desta cultura tradicional que se encontra em choque nos dias de hoje.

A História Pública surge como oportunidade de renovar e transformar a forma como a História é escrita e narrada, pois tem tendências a trabalhar com novos públicos, buscando com que eles participem ativamente da produção de conhecimento. Suas diretrizes vão ao encontro disso, levar a história a novos espaços, a novas pessoas, criar reflexões sociais, estar presente no mais diversos meios de comunicação e principalmente, possibilitar trabalhos com a História por pessoas que não sejam necessariamente do meio acadêmico, pelo contrário, é o mundo acadêmico se lançando para fora da academia, se relacionando com o mundo buscando através da disciplina de História poder fazer a diferença na sociedade pela educação. História Pública, Universidade Pública, Escola Pública e Museus Comunitários, foram ferramentas transformadoras, e que permitiram à comunidade juntamente com a escola

em parceria com o pesquisador, fazer aquilo que era devido, desenvolver ações concretas, coletivas com a finalidade de preservar, fortalecer e divulgar a cultura local. Este é realmente um grande trabalho na área de História Pública, e esperamos que ele possa inspirar mais pesquisadores a trabalharem com comunidades, escolas públicas, e levar a construção da narrativa histórica para outros povos além da historiografia tradicional. Sem dúvidas os objetivos foram concluídos com sucesso. As ações da pesquisa, surtem efeitos duradouros, e foram inseridas no Plano Político Pedagógico da Escola, sendo que uma vez ao ano, exista ações de afirmativas identitárias e históricas, que envolvam a cultura tradicional caiçara da comunidade dentro do ambiente escolar, envolvendo os moradores. É um fato muito importante, pois já não precisam especificamente do historiador e da pesquisa, pois agora já possuem suas próprias ferramentas de construção histórica. Nos últimos anos, a escola abriu o seu coração para um diálogo íntimo com a comunidade, pois há tempos a escola se viu com as portas fechadas para a comunidade, depois de muita luta, conseguimos afastar esse fantasma que assombra aqueles que queriam trabalhar por uma educação de qualidade e desenvolver ações educativas na comunidade. Aqui, adendo um nome muito importante que é da diretora da escola Adriana Maria Boschetto, que não mediu esforços para o desenvolvimento e suporte de toda atividade durante a pesquisa, bem como do orientador prof. Michel Kobelinski, que esteve presente a todo momento, atuando como uma bússola me guiando os caminhos do conhecimento. A todos os alunos e moradores que participaram, atribuo um eterno agradecimento por participarem e desenvolverem um trabalho tão lindo.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J. S. SANTOS, M. **Museus Pop-up e a Preservação do Patrimônio Imaterial.** Revista Brasileira de Patrimônio Cultural, 12(1), 23-38. 2018.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à História Pública.** São Paulo: Letra e Voz, 2011

CANCLINI, N. **As culturas populares no capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1982.
CHAGAS, M. de S., no artigo Museus Comunitários: Experiências e Perspectivas no Brasil (publicado na revista **Museologia e Patrimônio**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, 2009.

CARNEIRO, Sônia. **Caiçara: o povo do litoral e a luta pela preservação de sua identidade.** Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

CAVALCANTI, Suely. **Museus comunitários: uma abordagem participativa para a preservação da memória local.** Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CHAGAS, M. S. *Museologia e Comunicação: Ensaio sobre a interface museu e sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013.

DIEGUES, A. C. **Ilhas e mares – simbólico e imaginário**. São Paulo: Hucitec, 2004

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: **Inventários Participativos: Manual de Aplicação** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016.

FRISCH, Michael. **A História Pública não é uma via de mão única:** ou De: A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele

FRISCH, M. *A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History*. SUNY Press, 2011.

GAUTSCHI, Peter.; HODEL, Jan. Public History and Tourism – A Success Story? In: **Public History Weekly** 11 (2023) 4, DOI: [dx.doi.org/10.1515/phw-2023-21496](https://doi.org/10.1515/phw-2023-21496).

GONÇALVES, J, R. **A retórica da perda**. os discursos do patrimônio cultural no brasil . rio de janeiro: ufrj/iphan, 1996.

GOUVEIA, P. OLIVEIRA A. Espaços Temporários, Legados Permanentes: **O Papel dos Museus Pop-up na Preservação Cultural**. Revista Museológica, 18(2), 45-61. 2020.

HARDER, E.; MARÇAL, Carlos A. et al. Turismo e bens patrimoniais: **a dinâmica da cultura caiçara na Ilha do mel - Paraná Tur**. Visão e Ação, v.23, n3, p.496-515, Set./Dez. 2021.

IAT - Instituto de Água e Terras do Paraná. **Plano de Manejo e Conservação do Parque Estadual da Ilha do Mel**. Curitiba. 2011. Instituto Ambiental do Paraná. (2012). http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Plano_de_Manejo/PE_Ilha_do_Mel/anexo_4_03.pdf.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Conjunto da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres e do Morro da Baleia : Ilha do Mel – Paranaguá-PR** / organização, Sandra Rafaela Magalhães Corrêa e Clarice Futuro Mühlbauer. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília : IPHAN, 2021. 173 p. il. color – (Planos de conservação ; n. 1).

KOBELINSKI, M.; PERRY, J. ; DONNER, S. C. ; BATISTA, B. A. ; SUCHECKI, H. ; SIQUEIRA, C. V. ; AVILA, G. A. ; SANTOS, J. R. ; DALCOMUNI, H. J. D. ; WITIUK, A.; BOLINCENHA, M. F. ; KLEIN, S. . **Pop Up Museus Brasil: experiências para e com o público**. In: Alcimara Aparecida Föetsch. (Org.). Extensão Universitária na Unespar de União da Vitória: Ações, Registros e Perspectivas. 1ªed. Curitiba: CRV, 2022, v. 1, p. 165-176.

MAUAD, Ana Maria. *História pública: saberes e práticas na construção de sentidos*. Editora Vozes. São Paulo, 2011.

MATTOS, Y. VENÂNCIO, L. 1º Conferência Nacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, 2022. ABREMC - Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários: **Propostas de Políticas Públicas para a Museologia** Comunitária Brasileira.

MELO, Ricardo Marques. **A História e a História:** Reflexões sobre a escrita da história. Editora Contexto, 2010.

MENEZES, U. B. no artigo Curadoria em Museus de História: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. 2021.

NICOLAZZI, Fernando. **Muito além das virtudes epistêmicas.** O historiador público em um mundo não linear. Revista Maracanã, Rio de Janeiro, n.18, p.18-34, jan.jun 2018.

NETTO, José Claro. Ilha do Mel. Disponível em <http://litoralnotacem.com.br/ilha.html>.

SANT'ANNA, M. Inventários Participativos e Museus Comunitários: Práticas de Salvaguarda e Empoderamento: **Museologia e Patrimônio**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, 2013.

SANTHIAGO, Ricardo. Servir bem para servir sempre? **Técnica, mercado e o ensino de história pública**. In: Revista História Hoje, v. 8, nº 15, p. 135-157 - 2019

SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil:** Sentidos e Itinerários. São Paulo. Letra e Voz. p. 57-69, 2016.

SILVA, Tânia M. L. da; ALMEIDA, José M. de. **Curadoria em museus comunitários:** práticas e perspectivas no Brasil. Editora FGV, 2015.

SOUZA, Rinaldo. **Museus e exposições temporárias:** o conceito de "pop-up" no cenário cultural brasileiro. Editora Senac São Paulo, 2016.

TELLES, P, S. **O historiador com CNPJ:** depressão, mercado de trabalho e história pública. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 30, p. p0204, 2020.

ARTIGO 2

CARTILHA TURÍSTICA CULTURAL COMO FERRAMENTA DE FORTALECIMENTO DA CULTURA TRADICIONAL CAIÇARA PELA DIVULGAÇÃO PATRIMONIAL.

Este segundo artigo, vai se ocupar em demonstrar a importância da divulgação histórica dos patrimônios materiais e imateriais da comunidade, pela visão dos alunos da Escola Estadual do Campo Lucy Requião de Mello e Silva. Ela faz parte do pacote de ações que visam preservar, fortalecer e divulgar as características da cultura tradicional caiçara da comunidade de Brasília, na Ilha do Mel, no litoral paranaense. Este artigo, complementando o anterior, faz uma relação dos patrimônios apontados pela comunidade nos trabalhos do Dia do Museu Comunitário na Escola, na produção da cartilha, que de modo integrado e colaborativo, busca mostrar um pouco da comunidade, como preferem ser tratados, e como pressupostamente pode o turista e morador desfrutarem da melhor maneira possível sua passagem ou estadia por este território. A cartilha deste modo, busca informar, educar e servir como veículo de divulgação da cultura local, usando o turista como meio de expansão da cultura tradicional caiçara da comunidade, para um público mais amplo a conhecê-la, compreendê-la e perceber a sua importância buscando fazer parte desta proposta de preservação e fortalecimento.

Neste cenário, o turista assume um papel transformador, atuando como um disseminador de conhecimento que transcende as fronteiras da Ilha do Mel. A cartilha turística cultural, criada através de uma parceria entre alunos, comunidade local e colaboradores externos, emerge como uma ferramenta vital para ampliar a compreensão e o reconhecimento da cultura caiçara. Mais do que um simples guia, a cartilha revela a complexidade da comunidade de Brasília, desvendando suas origens, particularidades e os desafios que permeiam sua existência. A cartilha foi concebida como um convite ao turista para que ele se torne um participante ativo no processo de intercâmbio cultural. Os alunos da Escola Estadual do Campo Lucy Requião de Mello e Silva, ao assumirem o papel de mediadores, oferecem ao visitante uma visão íntima e detalhada da cultura caiçara. Através de explicações, narrativas e orientações práticas, os estudantes não apenas apresentam a cultura local, mas também indicam como o turista pode interagir de maneira respeitosa e enriquecedora com a comunidade. Este material educativo é resultado de um inventário participativo, realizado durante o “Dia do Museu na Escola”, que permitiu aos alunos e

membros da comunidade identificar e selecionar os elementos culturais mais significativos a serem preservados e divulgados. Neste contexto, o historiador não é apenas um transmissor de fatos, mas um facilitador do diálogo entre os saberes locais e as novas formas de representação cultural, orientando o processo de construção de uma narrativa que reflete as vivências e perspectivas dos próprios habitantes.

A concretização da cartilha foi possível graças à colaboração com a CIA Ambiental, uma empresa terceirizada do Porto de Paranaguá, liderada por Tiago Mafra. Esta parceria não se limitou ao suporte técnico para a diagramação e impressão dos 2.000 exemplares, mas foi fundamental para garantir que a cartilha alcançasse um público diversificado, sendo distribuída gratuitamente em pousadas, campings, restaurantes e entre os próprios alunos. Ao oferecer esse material, a cartilha cumpre um duplo papel: educar os turistas sobre a importância da preservação cultural e ambiental e servir como um recurso de autorreflexão para a comunidade local, reafirmando suas identidades e tradições. Além de informar, a cartilha visa a transformar a experiência turística, promovendo um tipo de turismo mais consciente e participativo, onde os visitantes não apenas consomem, mas também respeitam e contribuem para a preservação da cultura local. Assim, a cartilha se torna uma ponte entre o visitante e a comunidade, facilitando um intercâmbio que beneficia ambos os lados e fortalece o tecido cultural da Ilha do Mel.

O turismo na Ilha do Mel

O turismo pode ser compreendido como a soma de relações e serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário, motivado por razões alheias a negócios ou atividades profissionais (Organização Mundial do Turismo, OMT, 2001). De acordo com Molina (2001), ele é um produto da cultura, transcendendo explicações meramente econômicas, que são insuficientes para capturar a dimensão total do fenômeno. Theobald (2001) acrescenta que o turismo deve ser analisado sob a ótica do viajante, suas aspirações e os impactos que ele causa na localidade visitada: “[...] é o estudo do homem que está longe do seu habitat, do setor que atende às suas necessidades, e dos sujeitos que ele e este setor exercem sobre os ambientes socioculturais, econômicos e físicos para os quais se dirigem”.

Durante o período de colonização luso-brasileira, o território da Ilha do Mel foi ocupado e dominado, resultando na disseminação da cultura europeia. Essa presença é marcada por duas grandes edificações que permanecem até hoje: o Farol das Conchas e a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres. De acordo com Soares e Lana (2009), os primeiros habitantes da ilha eram luso-brasileiros, portugueses que permaneceram, além de indígenas e

imigrantes. A vida na ilha foi orientada por modos de vida tradicionais, centrados na pesca artesanal, agricultura de subsistência e criação de pequenos animais, atividades que caracterizam a cultura caiçara desenvolvida na região litorânea.

O território começou a receber os primeiros turistas na década de 1930, o que levou à fundação do balneário Ilha do Mel e à construção de um hotel que ainda hoje marca a paisagem nas proximidades da Praia do Forte. Contudo, o fluxo de visitantes foi interrompido durante as décadas de 1940 e 1950, quando a cultura local cedeu espaço para ocupações militares, que fizeram da ilha uma base de proteção brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. O desenvolvimento turístico no litoral paranaense, incluindo a Ilha do Mel, trouxe consigo desafios significativos para a preservação do meio ambiente e da cultura local. A expansão da infraestrutura turística, como a instalação da rede elétrica e a construção de trapiches, foi essencial para aumentar o fluxo de turistas, mas também intensificou a pressão sobre os recursos naturais e culturais da região. Esse processo exemplifica a dualidade frequentemente observada em áreas turísticas: ao mesmo tempo em que o turismo promove o desenvolvimento econômico, ele também pode colocar em risco a integridade ambiental e cultural da área.

O modo de vida caiçara passou a ser explorado e vivenciado pelos turistas, com a ilha sendo considerada uma referência à ideia de paraíso perdido, ou um refúgio intocado distante da civilização (Scheda, 2006). O aumento do fluxo de turistas nas décadas de 1990 e 2000 levou a uma crescente interação entre a cultura caiçara e outros modelos culturais, provocando grandes mudanças.



Figura 28 - Clube Balneário Ilha do Mel. Ano de 1930. Fonte: www.visiteailha.com.br 11/06/2023

O planejamento turístico deve considerar os variados públicos que se inserem na paisagem, sem propor mudanças em seu cotidiano, mas sim integrando-o ao atrativo do lugar de forma consentida e participativa (Alves, 2013). Nessa paisagem, os elementos históricos podem proporcionar ao turista a oportunidade de viajar no tempo e mergulhar em narrativas passadas, oferecendo novos insights de compreensão e memória. Contudo, Gautschi e Hodel (2023) alertam que essa imersão histórica, quando moldada para fins comerciais, pode distorcer a autenticidade das narrativas e reduzir a história a um espetáculo, muitas vezes em detrimento do contexto cultural original. Na comunidade de Brasília, por exemplo, observa-se uma mudança em que o turista, ao se sobrepor à paisagem, desloca o foco da experiência autêntica na natureza e na simplicidade da comunidade para um turismo de natureza comercial.

O turismo voltado para as comunidades deve valorizar as vivências dos moradores, sua história, tradições, identidades culturais, memória coletiva, bem como os patrimônios materiais e imateriais, o lazer, a culinária e outros aspectos da vida comunitária (Martins, 2017). Na Ilha do Mel, o turismo apresenta uma dualidade marcante: por um lado, ele promove recursos, cuida do meio ambiente, gera trabalho, conhecimento e alegrias; por outro lado, pode incomodar os moradores, resultando na depredação patrimonial, destruição da fauna e da flora, além de trazer conflitos de outra natureza, não mapeados.

Nesse contexto, a atuação do historiador público torna-se fundamental. Ele atua como mediador entre as necessidades da comunidade e as pressões externas do turismo, ajudando a preservar a integridade cultural e ambiental da região. Seu papel é documentar e promover as histórias e as tradições locais, garantindo que o turismo não apenas respeite, mas também enriqueça a cultura local. Além disso, a criação colaborativa de narrativas históricas que educam os turistas pode promover um turismo consciente e sustentável, que reconheça e valorize o patrimônio cultural sem prejudicar a comunidade.

Compreendendo essa dualidade do turismo, a cartilha se apresenta como uma solução para orientar e conscientizar os visitantes, atuando como um manual de instruções primário. Ela não é destinada apenas aos turistas, mas a todos, pois os moradores também possuem suas singularidades. A presença do turista é utilizada como um veículo para divulgar, transportar e refletir sobre a cultura caiçara da comunidade de Brasília. Gautschi e Hodel (2023) observam que os turistas também se qualificam como narradores, frequentemente deslocando-se de um lugar para outro e levando consigo testemunhos das estruturas históricas que visitaram. Suas percepções da história podem ser percebidas nas mídias sociais e nos relatos de viagem, gerando uma espécie de documentação e produção histórica.

Por outro lado, a sustentabilidade alimentar está ligada ao uso responsável dos recursos naturais, de maneira a aproveitar os recursos ambientais, sociais e econômicos dos destinos sem danificá-los ou esgotá-los (Simões e Lopes, 2021). Na Ilha do Mel, poucos recursos naturais são utilizados na alimentação ou comércio com turistas, devido às restrições ambientais e à falta de um sistema de saneamento básico adequado. Como resultado, praticamente tudo vem de fora, gerando resíduos e sujeira.

A alimentação está profundamente relacionada à hospitalidade, com visitantes frequentemente sendo recebidos com alimentos que refletem a identidade cultural de quem os oferece. Na Ilha do Mel, esses alimentos tradicionais incluem peixe, camarão, marisco e ostra, que fazem parte da herança caiçara. No entanto, o aumento do número de turistas, combinado com as restrições ambientais, tornou difícil manter a autossuficiência na produção desses alimentos, obrigando comerciantes e moradores a buscar suprimentos fora da ilha (Levandoski e Brambilla, 2019). O turismo trouxe mudanças significativas e eliminou o mito da natureza intocada, descrito por Diegues (1996) como o "paraíso perdido" da ideia cristã, sem a ação humana. Anteriormente, os moradores que tinham filhos e abriam clareiras para construir novas moradias o faziam sem explorar o território com finalidades econômicas ou comerciais, apenas para vivência no meio ambiente. Hoje, essa prática não é mais possível devido às mudanças nas leis ambientais.

A Cartilha Turística Cultural

Buscando através da conscientização educativa, chamando as atenções para a cultura tradicional caiçara da comunidade de Brasília, temos a oportunidade de trabalhar com uma Educomunicação. Uma área que permite processos de aprendizagem na troca de saberes, e de acordo com Soares (2011), seu objetivo é desenvolver competências comunicativas e promover a autonomia crítica dos envolvidos, valorizando a cultura e o protagonismo comunitário. Assim, o trabalho de produção da cartilha, permitiu aos alunos através de um processo de reflexão cultural dentro da escola, compreender como é a sua cultura, como eles se vêem, por que este é um elemento fundamental, como você quer divulgar o seu modo de vida se você não sabe quem você é? Com isso, tivemos uma base boa com as ações da elaboração do museu na escola, onde houve o despertar reflexivo pela movimentação patrimonial dentro da comunidade. Desta forma, com entendimento da própria realidade, a cartilha serve de veículo para se comunicarem com o mundo de forma integrada, sendo protagonistas não só na criação mas na divulgação daquilo que acreditam. A Educomunicação

vem para oferecer mais ferramentas de trabalho e que vai se relacionar muito bem com as outras ferramentas que utilizamos no trabalho, e citadas no artigo um.

Então, vemos que as cartilhas, segundo Dias (2018), atuam como ferramentas educadoras tanto no ambiente escolar quanto fora dele, garantindo o direito à comunicação e auxiliando em diversas práticas escolares. A utilização da educomunicação para ativar e preservar a cultura foi fundamental neste trabalho, que visou democratizar a gestão da informação entre os meios de comunicação e os indivíduos, utilizando diversos materiais para alcançar esse objetivo. O material da cartilha inclui conceitos básicos sobre temas como pesca, artesanato, lendas, culinária, curiosidades e mensagens para os turistas, além de um mapa desenhado à mão destacando pontos importantes da ilha.

A cartilha teve como foco repensar a cultura local com os estudantes, que foram responsáveis por apontar os materiais e conhecimentos próprios e familiares para compor a estrutura da cartilha, que foi desenvolvida em etapas. Para tornar a produção lúdica, a cartilha foi elaborada por meio de diálogo entre todos os participantes, refletindo sobre a cultura local, os riscos e benefícios que a afetam. A cartilha inclui muitas imagens, textos curtos e uma linguagem simplificada, visando facilitar a compreensão do público-alvo. Knaus (2019) observa que novas práticas colaborativas na construção do conhecimento histórico, com a participação de diferentes públicos, são essenciais na atualidade, dadas as transformações sociais e os novos modelos de produção de história. Essas práticas buscam um olhar construtivista, mais democrático e acessível, voltado para um público mais amplo.

A escola estadual ocupa o mesmo terreno que a escola municipal, e, pensando na integração entre os alunos, decidimos estender um convite para que as crianças participassem ativamente na elaboração do material da cartilha. É muito importante mantermos um diálogo aberto com os vizinhos, pois este canal havia sido fechado devido a divergências de ideias entre algumas pessoas que ali trabalhavam, mas que foram superadas. Ressalto aqui a importância de fazermos um trabalho em conjunto com as crianças mais novas, pois esta é a única escola da comunidade. Quando elas saírem da educação básica, darão mais alguns passos e entrarão nas salas do ensino fundamental, e é fundamental a criação de laços entre todos, voltados para uma educação mais integrada, facilitando o processo de transição no futuro.

Desta forma, a proposta foi realizar um concurso de desenho sobre a comunidade, com a premiação do desenho escolhido para estampar a capa da cartilha turística cultural. Além de estampar a capa, a Cia Ambiental presenteou a vencedora com um kit de desenho, contendo lápis de cor, tinta e demais materiais artísticos. O concurso de desenho não é apenas uma

atividade lúdica, mas um processo de fortalecimento da identidade cultural da comunidade. Ao permitir que as crianças expressem sua visão da comunidade, o projeto a empoderou, oferecendo-lhes um papel ativo na preservação e promoção de sua cultura. Isso também reforça a ideia de que a história e a identidade locais são construídas e afirmadas continuamente através de práticas colaborativas.



Figura 29 - Capa da Cartilha. Desenho de Luz Mariane Gonçalves Bogado. Arquivo pessoal.

Esta é a capa da cartilha. O desenho representa um dos pontos turísticos que abordamos mais especificamente em outro artigo, a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres. A aluna é moradora da Praia Grande, filha da nossa grande ex-aluna Angela Gonçalves, parceira incondicional da escola e que tem um grande amor pela educação da comunidade. O desenho foi escolhido entre 18 outros, e os alunos da escola estadual fizeram uma votação para a escolha. Este foi um passo muito importante, pois não é porque os alunos do município têm entre 2 e 11 anos que não possuem a capacidade e a qualidade para realizar um trabalho com excelência, como podemos ver acima. A integração entre as duas esferas educacionais e a abertura de um diálogo entre as partes pode ser considerada um sucesso, além de incentivar as

novas gerações a continuarem construindo conhecimento em prol do desenvolvimento da comunidade.

A votação para a escolha da capa da cartilha valorizou a participação democrática e colaborativa na construção de narrativas históricas. Esse processo de escolha não só valida a criatividade e o envolvimento das crianças, mas também reforça a ideia de que a história e a cultura são construídas coletivamente, garantindo que as narrativas reflitam as experiências e fortaleçam a identidade local.



Figura 30 - Abertura. Arquivo pessoal.

Na primeira parte, após a abertura, temos a descrição e a mensagem inicial dos estudantes para o leitor: "O objetivo principal é mostrar aspectos da nossa cultura que retratam nosso modo de vida e, também, dar dicas de turismo para você aproveitar a riqueza natural e cultural da comunidade de Brasília na Ilha do Mel." A mensagem é clara: divulgar a cultura e preservá-la junto com o meio ambiente. Essas ações, que ocorrem na natureza, orientam os saberes e práticas dos moradores desses territórios, conferindo-lhes um traço característico a partir do local onde esses indivíduos estão inseridos. Podemos observar os traços da cultura caiçara da comunidade apontados por Diegues (2004, p. 22).

A cultura "caiçara" pode ser definida como um conjunto de valores, visões de mundo, práticas cognitivas e símbolos compartilhados que orientam os indivíduos na sua relação com a natureza e com os membros do grupo e que se expressam em produtos materiais (tipo de moradia, embarcação, instrumentos de trabalho) e nas expressões (como linguagem, música, dança, rituais religiosos).

Vemos, nesta parte do trabalho elaborada pelos alunos, fotos da comunidade tiradas por eles mesmos, selecionadas em sala de aula durante a confecção da cartilha. Além das fotos, podemos observar as chamadas de dicas de boa convivência, onde pedem um tratamento cordial e respeito para com os moradores, solicitando que sejam cumprimentados quando passarem por eles, como um gesto de gentileza. Isso é muito interessante, pois se você passar por alguém, cumprimente, dê bom dia, diga olá. Seja gentil. Muitos turistas desprezam os moradores por serem mais humildes, têm preconceito com pobres e pescadores. Mas, mesmo assim, ainda buscam visitar a sua comunidade, então um pouco de cordialidade não faz mal a ninguém. Ao documentar e divulgar essas práticas culturais, os alunos não apenas preservam sua identidade local, mas também resistem a narrativas externas que possam desvalorizar sua cultura. A cartilha, portanto, atua como um meio de resistência cultural, promovendo uma visão mais humanizada e respeitosa da comunidade entre os turistas.

Temos ainda regras para deslocamento na comunidade, como: ao andar à noite nas trilhas, apontar a lanterna para o chão e não para o rosto das pessoas; não atropelar ninguém de bicicleta (se tem aviso, tem história); e manter o som baixo, respeitando os horários de conveniência. Nesta parte, ainda muito importante, os alunos fazem um alerta sobre descartar o lixo no local correto, recolher as fezes de animais se for o seu caso e não jogar lixo no chão. São listadas algumas expressões do dialeto local, como: "Meu Caneco", que remete a uma situação de espanto ou indignação; "Lemarde", que significa algo grande; "Chimirde", que significa algo bom; e "Bem poco coisa", que significa bastante. As regras de convivência e o dialeto local documentados na cartilha exemplificam como a História Pública pode atuar na preservação de práticas culturais e linguísticas ameaçadas pela globalização e pelo turismo. Ao registrar essas práticas, os alunos não só preservam o patrimônio imaterial da comunidade, mas também criam uma barreira contra a homogeneização cultural, reforçando a identidade local como uma forma de resistência cultural.



Figura 31 - Nativos e Pesca. Arquivo pessoal.

Nesta parte, podemos observar um registro muito importante relacionado ao chamado Protocolo de Consulta à Comunidade Tradicional de Nativos de Brasília. É um protocolo elaborado pela comunidade que serve de parâmetro para o tratamento dos moradores no que tange ao desenvolvimento de infraestrutura ou qualquer tomada de decisão que venha de fora da comunidade. Em poucas palavras, a comunidade quer ser consultada e participar das tomadas de decisões no que diz respeito a ela. Na cartilha, é possível acessar o documento na íntegra pelo sistema de *QR-code*. Em Protocolo (2021, p. 7), vemos que os moradores se definem da seguinte forma: Somos comunidades tradicionais de nativos da Ilha do Mel, nossa organização é em associação comunitária e tudo é decidido em assembleia coletiva, sentimos orgulho de sermos nativos.

Notamos que este documento, elaborado pela comunidade, vai ao encontro do trabalho que realizamos, pois procuramos justamente isso: manter um diálogo aberto e constante com todas as pessoas da comunidade que possuem interesse no desenvolvimento do conhecimento em comum. E é muito importante ressaltar este aspecto do protocolo, pois, como pudemos observar nas fontes e no trabalho, muitas decisões que afetam a comunidade são tomadas por pessoas que nem sequer pisaram um dia na comunidade, e que impõem regras e limites que transformam a vida dos moradores, como nas questões fundiária, da pesca, do saneamento

básico, saúde e educação. Este protocolo, então, pede que a existência efetiva do nativo no território, legitimada por sua ancestralidade, seja respeitada.

A elaboração e inclusão do Protocolo de Consulta na cartilha exemplifica como promove a autonomia comunitária e resistir às pressões externas. Este documento é uma forma de resistência cultural, onde a comunidade reafirma seu direito de decidir sobre seu próprio futuro. A cartilha, ao incluir este protocolo, não só preserva a história e as tradições da comunidade, mas também serve como uma ferramenta de empoderamento e defesa dos direitos comunitários em face das intervenções externas.

Ainda vemos nesta imagem uma das principais características da cultura caiçara da comunidade: a pesca artesanal da tainha. Ela pode ser realizada pelo chamado Cambal ou Lanço. De acordo com Fuzetti (2007), os pescadores da Ilha do Mel vendem 70% do pescado e ficam com o restante para alimentação, complementando-a com outras variedades compradas com o lucro da venda. O fim de alguns tipos de pescado e a diminuição da produção de mariscos nas pedras pela ilha, somado ao avanço das grandes embarcações pesqueiras, mais os impactos ambientais devido às obras de desenvolvimento portuário e industrial na região do entorno da ilha, como Pontal do Sul e Paranaguá, têm sufocado a pesca artesanal, tornando cada vez mais difícil a captura de peixes, obrigando os pescadores a irem cada vez mais longe, o que é perigoso e difícil com canoas a remo. A cartilha, ao documentar essas práticas, preserva e valoriza o conhecimento local, resistindo à erosão cultural e ambiental provocada por fatores externos. Registro este, crucial para garantir que esses saberes sejam transmitidos às futuras gerações, mantendo viva a cultura caiçara.

A pesca da tainha, que ocorre durante o meio do ano, nos meses de maio a julho, ocorre na baixa temporada do turismo, e a comunidade se volta para práticas ancestrais de união cultural, possibilitadas pelo pouco acesso de turistas e pelas ondas de frio na chegada do inverno. A tainha sai da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, e vem costeando as margens do país, podendo ser encontrada até mesmo na foz do Rio Amazonas. Como vemos na imagem, os alunos fazem um alerta para quem quiser participar ou observar a pesca: mulheres grávidas trazem azar; não fale alto ou grite na praia, pois isso pode espantar os cardumes; e não acenda a lanterna, pois a pesca é feita na escuridão total da noite, isso se tratando do cambal, onde há um cerco ao peixe sem cauda, onde os pescadores entram caminhando no mar, cercando o cardume com a rede. Já no chamado lanço, o processo começa durante a madrugada.

Do alto de uma pedra, o chamado "espia" passa o dia todo, durante a época da tainha, vigiando o mar. Fica espionando do alto dos morros a vinda do cardume no horizonte do oceano,

e é considerado de extremo prestígio entre os pescadores, pois é responsável por identificar na imensidão da água onde os peixes se encontram. A observação do cardume pode durar minutos, horas e até o dia todo. Ele passa o sinal para os pescadores que estão de prontidão com a canoa na beira da praia, e que partem para cercar o cardume largando a rede a partir de dentro da canoa, com vários pescadores selecionados a dedo para esta missão. A cartilha, portanto, atua como um meio de assegurar que essas tradições continuem a ser parte integrante da vida comunitária, fortalecendo a resiliência cultural.



Figura 32 - Barraca do “espia”. Acervo pessoal. 15/06/2021

O complexo pesqueiro da tainha é extremamente importante para a comunidade, pois, além de trazer união, traz lucro fora de temporada e que salva economicamente muitas pessoas, além da fartura de alimento, com peixes maravilhosos que podem ser capturados com bastante facilidade, diferente das outras épocas do ano, onde a pesca é escassa e difícil. Cada cardume de tainha tem em média de 2 a 3 mil peixes, havendo relatos de até 7 mil em apenas um cardume. O excedente é levado para mercados no estado do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Muitas vezes, os alunos pedem dispensa das aulas no auge da pesca, e os professores acompanham os alunos para passar um dia de pesca, entrando em contato com a comunidade e participando deste evento grandioso da cultura caiçara.

O papel do complexo pesqueiro da tainha na economia local reforça a tese de que a História Pública pode ser uma ferramenta de resistência econômica, ao documentar e valorizar

práticas que são essenciais para a sustentabilidade da comunidade. Ao incluir essa prática na cartilha, a comunidade está não só preservando um modo de vida, mas também afirmando sua autonomia econômica em um contexto de turismo e globalização. A cartilha, portanto, não é apenas um documento cultural, mas também uma declaração de resistência contra a marginalização econômica.



Figura 33 - Mapa confeccionado pelos alunos. Arquivo pessoal.

Este é o mapa da Ilha do Mel, feito pelos alunos. Entre eles mesmos, durante o processo do trabalho, realizaram a chamada cartografia social, repassando o olhar sobre o território em que vivem e fazendo uma reflexão sobre os locais que consideram importantes. Este tipo de trabalho cartográfico é inovador e interessante, e, como pudemos analisar em Almeida e Junior (2019), vai na contramão de qualquer significado dicionarizado e fechado, inserindo-se em um contexto de descrição aberta e conectada em diversas dimensões, voltadas para múltiplas observações. Este tipo de cartografia pode levar em consideração trabalhos como o nosso, com comunidades tradicionais, que muitas vezes passam despercebidas com suas singularidades dentro da cartografia tradicional. A cartografia social permite que a comunidade reinterprete e afirme seu território a partir de suas próprias perspectivas, garantindo que suas narrativas não sejam subsumidas por discursos externos. A cartilha, ao

incorporar este mapa, contribui para a afirmação da identidade local e para a preservação da memória coletiva, resistindo à homogeneização cultural.

É um mapa lindo. Nele, os alunos sinalizam os principais locais para a pesca, para o banho de mar, para o surf, as principais comunidades, as praias, além de apontarem a melhor praia para ver o nascer e o pôr do sol. É um mapa apresentado ao leitor, que remete à visão deles, sem grandes pousadas, grandes restaurantes ou grandes nomes de peso. Mas tem um enfoque no meio ambiente e naquilo que a natureza do território pode oferecer ao visitante, indicado por eles. A ênfase na natureza e nos locais indicados pelos alunos no mapa reflete como a História Pública pode ser um meio para promover a sustentabilidade e a preservação ambiental, integrando essas preocupações à narrativa cultural da comunidade. A cartilha, ao destacar essas áreas e práticas, educa os turistas sobre a importância de respeitar o ambiente natural da Ilha do Mel, ao mesmo tempo que reafirma a identidade comunitária ligada à sua paisagem. Isso reforça a resistência contra o turismo predatório e as práticas que ameaçam o equilíbrio ambiental e cultural da ilha.

No mapa, é possível observar que os alunos marcaram a praia do Istmo, explicando que ali já foi a escola e já houve casas, mas que, devido ao avanço do mar no estreito, tudo precisou ser realocado, criando novas áreas de moradia e a transposição da escola para outro lugar. Os eventos da natureza, como podemos observar aqui e também em outro artigo, marcam profundamente a cultura e a paisagem da comunidade, pois, como ressaltado, a natureza é o pano de fundo do desenvolvimento de praticamente tudo na ilha. A marcação da praia do Istmo e a explicação das mudanças devido ao avanço do mar exemplificam como a História Pública pode documentar as transformações ambientais que afetam a comunidade e, ao mesmo tempo, reforçar a resiliência cultural. Ao registrar essas mudanças na cartilha, a comunidade não só preserva a memória dessas transformações, mas também se prepara para lidar com os desafios futuros, afirmando sua capacidade de adaptação e resistência em face das mudanças ambientais.

Abaixo podemos ver uma das coisas que os alunos e moradores mais gostam dentro do seu território: a culinária. Observamos os seguintes pratos: tainha defumada, peixe na folha de bananeira e uma mariscada de respeito. Levandoski e Brambilla (2019) afirmam que a alimentação está intimamente relacionada à hospitalidade. Um visitante é, em geral, recebido com a oferta de alimentos, de preferência aqueles que revelem a identidade de quem oferece, no caso da Ilha do Mel, aquilo que a natureza fornece e que os alunos assinalam na cartilha e que descrevemos aqui acima. No âmbito do turismo, receber bem o visitante pode significar nutrir o visitante com códigos culturais valorizados no destino turístico. É importante fazer

um adendo aqui sobre a dificuldade de produzir estes pratos típicos. A tainha defumada, por exemplo, só pode ser feita de meados de maio ao fim de julho.



Figura 34 - Culinária, arqueologia e lendas. Arquivo pessoal.

Para a sua produção, são necessários um defumador e muita fumaça. Pouquíssimos moradores realizam essa prática de preservação de alimentos. Deste modo, o custo da tainha defumada muitas vezes é caríssimo. Eu tive a oportunidade de fazer tainha defumada por alguns anos, mas é um processo bem burocrático, porém o resultado é extremamente satisfatório, podendo ser feita desfiada com banana-da-terra, com camarão, purê de mandioca, ser colocada no feijão; a imaginação é o limite. Já o peixe na folha de bananeira é mais comum, porém as bananeiras estão em escassez na comunidade. Com a limitação da produção de roças, as plantações de bananas ficaram abandonadas, sendo limitadas a bananeiras selvagens que nascem nas matas da Praia Grande e nos fundos da Praia do Miguel. Tive a oportunidade de conhecer os bananais e a antiga roça da Vó Maria, que depois de 30 anos, além de bananas, havia limões e laranjas se criando por conta própria. E o marisco, este sim extremamente difícil de encontrar hoje em dia. Ele se fixa nas pedras, sendo um crustáceo que filtra os nutrientes da água do mar e os minerais da rocha.

As dificuldades em manter práticas tradicionais como a defumação da tainha e o

cultivo de bananas, documentadas na cartilha, refletem os desafios ambientais e sociais que ameaçam a continuidade dessas tradições. Preservar essas práticas, ao oferece uma forma de resistência cultural, sendo que a cartilha atua como um meio de educar tanto a comunidade quanto os visitantes sobre a importância de manter vivas essas tradições.

Como citado anteriormente e em outro artigo, com a areia dragada do canal da Galheta devido à passagem dos navios cargueiros em direção ao porto, esta areia tapou as pedras, e os mariscos desapareceram. As chamadas cracas também dominaram as colônias de mariscos que iam nascendo, o que gerou uma competição desigual, comparando-se o ciclo rápido de desenvolvimento da craca. As pedras da Praia Grande, que eram repletas de mariscos, hoje estão lisas, restando somente nas bordas do morro do Joaquim uma boa colônia, mas extremamente perigoso de alcançar, não sendo indicado para o turista ou para o morador sem prática.

No entanto, se a coleta for realizada da maneira correta, o marisco da Praia Grande enobrece os homens e rejuvenesce as mulheres. A descrição das mudanças ambientais e suas consequências para a prática da coleta de mariscos notabiliza os impactos do desenvolvimento e das intervenções humanas no meio ambiente. Portanto, a cartilha contribuiu para a conscientização sobre a necessidade de práticas sustentáveis que preservem tanto o meio ambiente quanto as tradições culturais da comunidade. Essa documentação é uma forma de resistência contra a degradação ambiental e cultural, reafirmando a importância de um desenvolvimento que respeite a cultura e a natureza locais.

Na última imagem ainda é possível ver algo muito interessante selecionado pelos alunos, uma foto que foi de minha autoria: o registro dos povos primitivos chamados Sambaquis. Chmyz (1986) afirma que os Sambaquis são importantes para a compreensão da história paranaense e devem ser protegidos como comunidades pré-históricas, sendo considerados os primeiros habitantes do litoral brasileiro e paranaense. Tinham base alimentar em ostras, mariscos e peixes. Nos registros arqueológicos, os sítios encontrados na Ilha do Mel, na Praia do Miguel e na Praia do Belo, mostram vestígios de todos estes animais que são apresentados acima, e que hoje ainda fazem parte da alimentação da comunidade. A documentação de vestígios pré-históricos, a cartilha não só preserva a história dos primeiros habitantes da região, mas também reforça as práticas alimentares na cultura caiçara contemporânea.



Figura 35 - Prospecção de identificação territorial do Sambaqui. Na foto Ezequiel, Marcelo e Julio. Arquivo pessoal.

Na imagem da cartilha, podemos ver as lendas. Os alunos selecionaram e redigiram as histórias como eles as conhecem, e descreveram as quatro principais. Devemos ter ciência de que essas lendas moldam o consciente coletivo da comunidade, pois estão intimamente ligadas à natureza ao redor. Vejamos a Curva do Arrepio. Conta a lenda que existe um espírito guardião nesta trilha, que conecta a praça do Farol com o canto esquerdo da Praia Grande. É uma trilha muito escura, onde se formou um túnel de árvores, e à noite, sem lanterna, é impossível enxergar qualquer coisa. É uma trilha curta, de uns cem metros, mas que mexe com a mente de quem passa por ali à noite, e todo morador a conhece e procura passar rapidinho por ali. Realmente, ela provoca arrepios. E confirmo isso por conta própria. Essas lendas, intimamente ligadas à paisagem natural, são mais do que meras histórias; elas reforçam o vínculo da comunidade com seu ambiente, além de assegurar que essas tradições sejam preservadas e transmitidas, fortalecendo a identidade cultural da comunidade caiçara.

Eles citam ainda a Bruxa da trilha do Belo. Conta a lenda que, se você passar pela trilha com açúcar, ela aparece, e que essas bruxas são guardiãs de um tesouro escondido na mata. Ainda no Belo temos o top 1 das lendas da ilha: o Pai do Mato. Foi feito até um documentário sobre ele, que é possível acessar pelo QR-code impresso na cartilha. Os alunos

escreveram todo o roteiro, fizeram as filmagens e encenações e filmaram com uma professora que também desenvolvia uma pesquisa. De modo geral, a lenda descreve que existe um espírito guardião das matas da Praia Grande e do Belo, que assusta quem entra no mato para realizar maldades contra a natureza local. Reza a lenda também que ele protege a mata em um horário chamado de hora santa, das 23h às 6h da manhã, sendo um horário pouco indicado para entrar na mata. A produção do documentário sobre a lenda do Pai do Mato, baseou-se no uso de novas tecnologias para documentar e disseminar narrativas culturais. Este processo de preservação das tradições orais as reinventa em formatos que podem alcançar públicos mais amplos.

Muita gente da comunidade relata que já o viu, e o descreve como um senhor, de barba, trajando roupa escura e usando chapéu. Esta trilha do Belo, que conecta o trapiche de Brasília até a Praia Grande, é o trajeto mais curto e rápido, mas é terrível passar por ela à noite sozinho. Muitas vezes já preferi ir pela Curva do Arrepio, que dá uns 2 km a mais, do que passar pela trilha do Belo à meia-noite, que é uma trilha sinistra de 3 km, em um túnel de mata fechada. Mas recomendo-a, é uma experiência interessante, testar o psicológico de todo turista e morador. Nesta trilha não existe ateu. Essas narrativas, que misturam medo, crenças e paisagem, são parte essencial da identidade cultural da comunidade.

Abaixo vemos a última parte da cartilha, onde os alunos selecionam os principais pontos que o visitante não pode deixar de conhecer na comunidade. São eles: Farol das Conchas, Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres e o Canto da Vó. Os dois primeiros são clássicos, e no Canto da Vó você pode desfrutar do local nativo mais lindo e hospitaleiro da Ilha do Mel. Muita simplicidade, bastante conversa, histórias, lendas e uma comida típica que dá água na boca só de lembrar. E, claro, o melhor lugar apontado pelos alunos para ver o sol nascer na ilha. A seleção dos pontos turísticos pelos alunos orienta o turismo de forma a respeitar e valorizar o patrimônio cultural e natural da comunidade. Ao destacar esses locais, a cartilha educa os turistas sobre a importância desses espaços, promovendo um turismo mais consciente e respeitoso, que valoriza a cultura local em vez de explorá-la. Isso reforça a resistência contra práticas turísticas predatórias, garantindo que a comunidade mantenha controle sobre como sua cultura e seu território são apresentados aos visitantes.

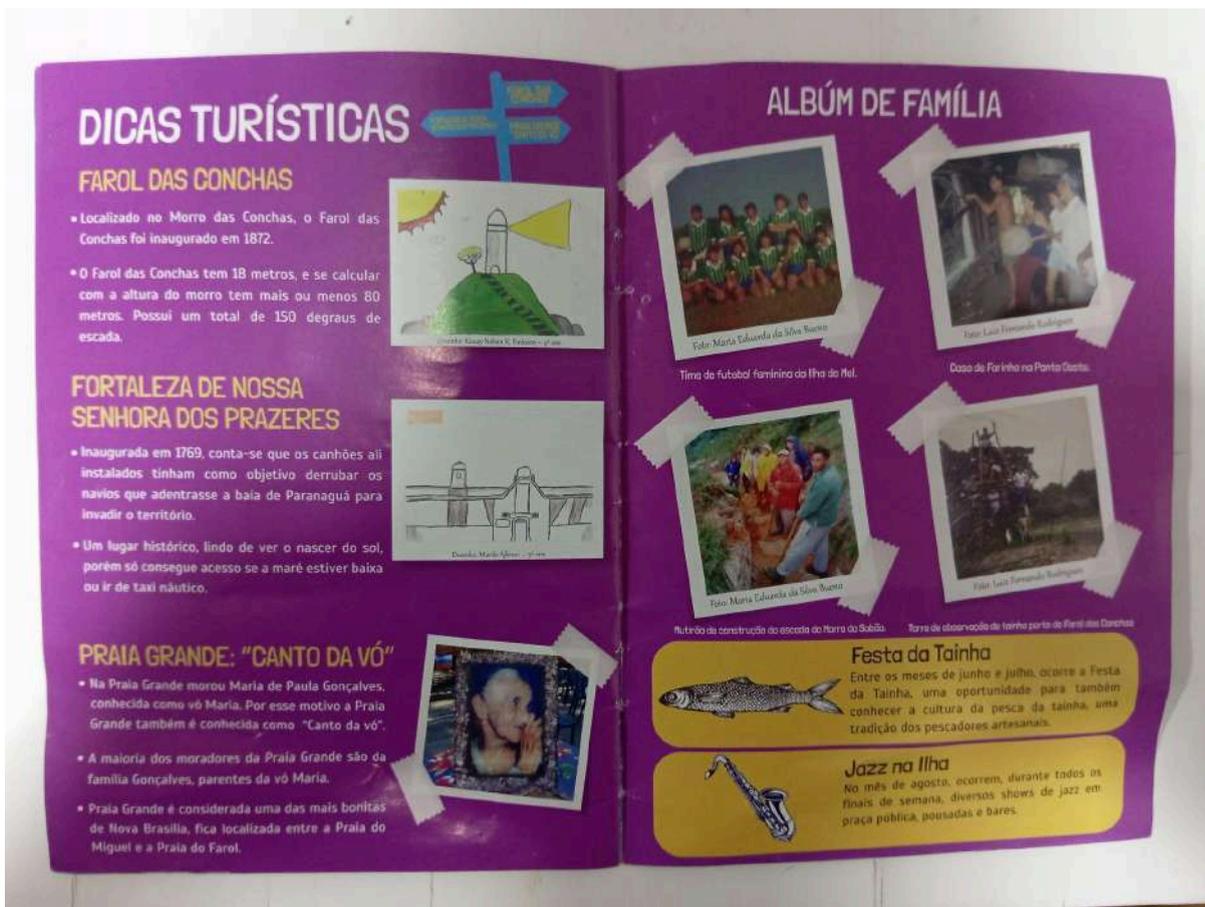


Figura 36 - Pontos turísticos e álbum de família. Arquivo pessoal

Na sequência, temos o chamado álbum de família: fotos antigas selecionadas pelos alunos e pelos familiares para compor um registro da ilha antigamente. Temos, na parte superior esquerda, o primeiro e único time de futebol feminino da comunidade, uma raridade. No canto superior direito, uma foto única da casa de farinha. Não existe mais e ficou somente na memória. No Museu Pop-Up, fizemos uma abordagem específica sobre o assunto, e um morador levou um parafuso da prensa com cerca de 100 kg e quase dois metros de comprimento. Na foto do canto inferior esquerdo, vemos a construção da escadaria do morro do Sabão. O nome já diz tudo, é liso como sabão, e a necessidade da construção da escadaria era iminente.

Como a maior parte das coisas na ilha, foi feita em conjunto por eles mesmos. Uma foto muito interessante. E a foto do canto inferior direito mostra a torre do espia de tainha. Construída artesanalmente, servia para identificar os cardumes que por ali passavam. A preservação da memória familiar e comunitária é parte essencial da identidade cultural. Essas fotos e histórias, que capturam momentos significativos da história da comunidade, ajudam a manter viva a memória coletiva e a transmitir esses valores para as futuras gerações. Na

cartilha, essas imagens vinculam laços entre passado e presente, reforçando a continuidade da identidade cultural em face das mudanças externas.

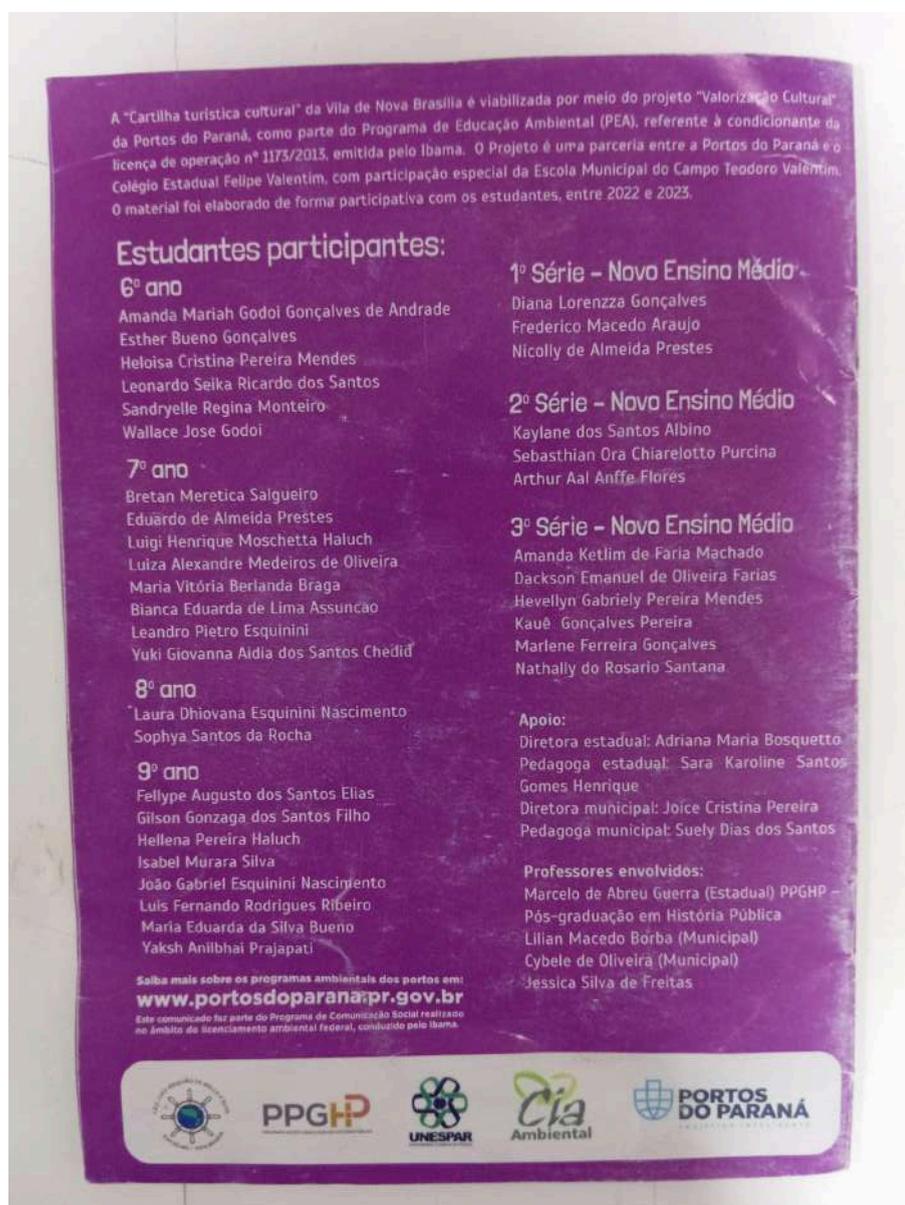


Figura 37 - Participantes. Arquivo pessoal.

Por último, demos atenção especial a esta página. Aqui se mostra o espírito da História Pública. Está a lista de todos os que participaram na produção da cartilha. Temos o nome de todos os alunos da escola, dos docentes e da equipe pedagógica que participaram. Um momento de muita união em prol da comunidade. Esse reconhecimento coletivo reforça o senso de união e pertencimento dentro da comunidade, evidenciando como a História Pública pode servir como um instrumento de coesão social e empoderamento comunitário. Ao documentar a participação de todos, a cartilha não só celebra a colaboração, mas também

assegura que a memória do processo de criação seja preservada como parte integrante da história da comunidade.

Considerações finais

É importantíssimo ressaltar a possibilidade de trabalho em parceria com a Universidade do Estado do Paraná através do curso de mestrado em História Pública da cidade de Campo Mourão, ela teve um papel fundamental. Temos ainda, a participação da Cia Ambiental, que não mediu esforços para sempre atender os pedidos dos alunos e a paciência na produção da cartilha, bem como a sua impressão. E, a participação da administração do Porto de Paranaguá, que investiu os recursos financeiros para a Cia Ambiental estar desempenhando um trabalho em conjunto com a escola e a comunidade. Então temos, universidade, empresas, comunidade e escola realizando um trabalho em consonância, com um único objetivo em comum, produzir conhecimento de qualidade, divulgar a cultura com a finalidade de preservação da comunidade de Brasília na Ilha do Mel.

Todas as diferenças foram deixadas de lado, durante este processo de construção histórica, deixando todos em pé de igualdade e importância. O Frisch (2000) frisa que é necessário igualar a importância dentro dos trabalhos, colocando todos os envolvidos na pesquisa em pé de igualdade, por mais que em situações de trabalho diferentes, todos são fundamentais para a construção do conhecimento e da narrativa histórica. Isto renova a forma de trabalho, abre espaço para novas concepções de realidade e tempo, considerando as ferramentas da história pública como em Santhiago (2012), onde a História busca fugir dos lugares comuns, superando a fase historicista, passando a se preocupar com a formação de historiadores públicos e com práticas educativas como esta, que fizemos neste trabalho.

E para confirmar, nos apoiamos em Mauad (2017), onde constata-se que os métodos para compreendermos a relação entre a narrativa, memória e representações do passado, pelas ferramentas da história pública, são as novas perspectivas de produção histórica no país. A cartilha turística cultural da Ilha do Mel, desenvolvida através de práticas de História Pública, não é apenas um guia para visitantes, mas um poderoso instrumento de preservação cultural e empoderamento comunitário. Cada seção da cartilha, desde a participação das crianças até a documentação das tradições orais e práticas culturais, exemplifica como a História Pública pode ser utilizada para resistir às pressões externas do turismo e das mudanças ambientais. Ao integrar a tese de que a História Pública, quando co-construída e mediada por práticas educativas, transforma as narrativas históricas em ferramentas de resistência e afirmação

identitária, o texto revela o potencial transformador dessa abordagem para garantir a continuidade e a vitalidade das culturas locais em um mundo em constante mudança.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, B. Povos e comunidades tradicionais: **nova cartografia social**. Manaus: UEA. Ed. 2013.

BURSZTYN, M. **Turismo e Preservação Cultural: Dilemas e Oportunidades**. Revista Brasileira de Turismo Sustentável, 34-48. 2016.

CHMYZ, Igor. **A formação de Sambaquis em período histórico no estado do Paraná**. Arqueologia - Editorial · v. 5, n. 1 (1986).

DIAS, I C. **O uso da cartilha como ferramenta para promover a educação ambiental no ensino de ciências**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dois Vizinhos, 2018.

DIEGUES, A. C. Ilhas e mares – simbólico e imaginário. São Paulo: Hucitec, 2004
HARDER, E.; MARÇAL, Carlos A. et al. Turismo e bens patrimoniais: **a dinâmica da cultura caiçara na Ilha do mel - Paraná Tur**. Visão e Ação, v.23, n3, p.496-515, Set./Dez. 2021.

FUZETTI, L. & CORRÊA, M.F.M. 2009. **Perfil e Renda dos Pescadores Artesanais e das Vilas da Ilha do Mel, Paraná** – Brasil. Instituto de Pesca, São Paulo

GAUTSCHI, Peter.; HODEL, Jan. Public History and Tourism – A Success Story? In: **Public History Weekly** 11 (2023) 4, DOI: dx.doi.org/10.1515/phw-2023-21496.

HARDER, E.; MARÇAL, Carlos A. et al. Turismo e bens patrimoniais: **a dinâmica da cultura caiçara na Ilha do mel - Paraná Tur**. Visão e Ação, v.23, n3, p.496-515, Set./Dez. 2021.

JAFARI, J. Modelos Turísticos: **os aspectos socioculturais**. Gerenciamento Turístico. jun/1990, p. 151-159

KNAUSS, Paulo. Quais os desafios dos museus em face da história pública? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Org.) **Que história pública queremos?** What public history do we want?. Belo Horizonte: Letra e Voz, 2018.

LIMA, A. R. **Educação Patrimonial e Juventude: Experiências e Reflexões**. Revista Educação & Cultura, , 22-37. 2017.

LEVANDOSKI, J.; BRAMBILLA, A.; VANZELLA, E. ALIMENTAÇÃO E CULTURA: Alimentação e Turismo: **oferta e segmentos turísticos**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

MAUAD, Ana Maria. Usos do passado e história pública: **a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017)**”. História Crítica n.º 68 (2018): 27-45.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.
IPHAN. Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218/>.
Acesso em 20/12/2021

PARELLADA, C.I.; GOTTARDI, N. **Inventário de Sambaquis do Litoral do Paraná**.
Arquivo dos Museus Nova série arqueologia, 1993, v.7, p.1-42.

Protocolo de Consulta às Comunidades Nativas de Nova Brasília. 2021.
https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/PROTOCOLO_ILHA-DO-MELweb.pdf.
Acesso, 13/02/2023.

SCHENA, F. Turismo, estado, sociabilidade e mudança: **uma etnografia da Vila de Encantadas, Ilha do Mel-PR**. Curitiba, 2006.

SANTHIAGO, Ricardo. Servir bem para servir sempre? **Técnica, mercado e o ensino de história pública**. In: Revista História Hoje, v. 8, nº 15, p. 135-157 - 2019.

SOARES, Ismar, O. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.

THEOBALD, William F.. **Turismo Global**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

CONCLUSÃO

Primeiramente, se alguém pedir algum modelo de trabalho de História Pública, este é o trabalho. Levando em consideração o papel social da universidade e do ensino de História, as pesquisas são os instrumentos para que institucionalmente a disciplina possa desenvolver melhorias na qualidade de vida e na consciência das pessoas. Esta pesquisa, buscou através da universidade pública, meios para realizar um trabalho com um público diversificado, relacionando-se dentro e fora do meio acadêmico. O curso de História Pública, através da linha de pesquisa, Memórias e Espaço de Formação, vem para fornecer as ferramentas específicas de trabalho, para correr atrás da demanda estabelecida, e pressupostos sociais existentes dentro da comunidade de Brasília, na Ilha do Mel, no litoral paranaense, desenvolver e executar estratégias de fortalecimento e preservação da cultura caiçara da comunidade, relacionando a escola local, comunidade. A universidade se encaixa para se parte da combustão e também da engrenagem deste motor histórico.

A pesquisa deste modo foi uma convergência de ideias em um processo de construção histórica coletiva e democrática. Esta modalidade de trabalho, tem um enfoque dentro do curso, como trabalhar com outros públicos, como o não acadêmico por exemplo, o que acaba possibilitando pessoas e instituições participarem da narrativa histórica, e também criar a sua própria narrativa, como foi o caso desta pesquisa. Nos vemos hoje no Brasil e no estado do Paraná, uma crescente demanda que está sendo atendida pela História Pública, ela está presente nos mais diversos lugares, e isso é que é o diferencial, esta questão do público, de estar com o público que a História se destina, trabalhar junto com ele, ver e escutar o que este público tem a dizer sobre si, eles vão fazer parte da sua construção histórica. É algo inovador, pois tradicionalmente a História não é feita desta maneira. Fico muito feliz em ver que o que a comunidade e a escola queriam era fazer com que existisse um movimento de valorização da cultura local que envolvesse os moradores, alunos e educação. Eu, professor, morador, pescador e que compartilha a cultura local, e que cursa o mestrado em História Pública, pude dispor de todas as ferramentas que foi preciso para que esta necessidade fosse suprida.

Primeiramente o desenvolvimento da pesquisa, então preparo com os alunos, dentro da disciplina de História, a conversa com a comunidade em reuniões, a explicação da importância dos museus, o que é um patrimônio, quais eram as características do patrimônio local e como esse patrimônio estava e se estava em risco. Depois disso, fomos traçando estratégias e abrangendo o trabalho para os demais professores, escola do município e parceria com universidades locais, museu marinho, empresas ambientais, agentes portuários e

o principal disso tudo, a participação do morador com todos estes elementos, inseridos dentro do ambiente escolar, organizados pela escola, através da disciplina de história. Uma das vantagens da Educação do Campo é esta, abordagens da realidade local dentro do contexto educacional através dos Eixos Temáticos, então a pesquisa casou perfeitamente.

A pesquisa deste modo então, foi assertiva. Usou conforme descrito acima no texto, as metodologias do Museu Comunitário, para através da exposição temporária, buscar pelo Inventário Participativo dos alunos buscando seus patrimônios, se envolvendo nas memórias do passado com sua família, atrás de fotos, histórias de vida, lembranças do meio ambiente, e como isso tudo estava sendo esquecido. Aqui é uma questão muito importante a ser ressaltada, pois justamente este fato, de mexer nos arquivos, tirar as caixas de cima do guarda roupa, buscar os objetos, lembrar das histórias e do tempo passado, este, é o mecanismo de ação da pesquisa. Este elemento em especial, faz com que a comunidade entre em contato com a sua História, é muito importante isso, pois a pesquisa é o instrumento para que a cultura e História da comunidade acorde, se levante e se coloque em movimento. A ordem foi buscar absolutamente tudo aquilo que a comunidade gostaria de expor, contar e mostrar na exposição, pois é justamente os elementos que eles escolheram, é que contou quem é a comunidade de Brasília na Ilha do Mel. Isso é a história em movimento, e o historiador não é somente o acadêmico, mas cada um que participou levando materiais ou indo no dia contar histórias, rever os amigos e o passado. Este movimento histórico, invocado através da pesquisa acadêmica, fez com que através do processo de curadoria pública entre os moradores, alunos e professores, houvesse o desenvolvimento da narrativa histórica da comunidade, e que pode ser visto nas figuras apresentadas no texto.

Além do processo de busca, exposição, narração, outro elemento importante a destacar para o fortalecimento histórico, foi o processo de divulgação da narrativa, mostrando todos os elementos que a comunidade considera como tradução da sua cultura. Para isso, utilizamos internet, rádio, revista internacional através de artigo, matéria jornal local e a criação da Cartilha Educativa Turística. Este meio de divulgação impresso, permitiu aos alunos da escola reunirem os principais elementos que consideram como parte fundamental da sua vida e de sua cultura e, que gostariam de divulgar e pontuar alguns aspectos a serem seguidos por aqueles que na comunidade chegam. A cartilha integra a questão cultural levantada pelas práticas museológicas, e cumpre um quesito fundamental da História Pública, que é divulgar o conhecimento histórico e se preocupar a que público se destina e que é o criador deste conteúdo. A cartilha deste modo, foi criada pelos alunos da comunidade, em parceria com a Empresa Cia Ambiental que forneceu materiais gráficos e dicas de montagem fotográfica,

textual, deu instruções sobre gravação de vídeo e áudio. A impressão deste trabalho, converge também para o fortalecimento da cultural local através do processo de divulgação, parceria público e privada como o nome diz, educar o turista. É uma cartilha pedagógica, construída pelos alunos, e dá dicas de boa convivência e apresenta a quem vem de fora, a comunidade de acordo com suas perspectivas e como preferem ser tratados.

Então, vemos desta forma que esta pesquisa, somada ao uso das ferramentas da História Pública, permitiram desenvolver uma narrativa histórica democrática, de e com uma comunidade que busca se reafirmar culturalmente dentro do território, fazendo uma relação entre a comunidade tradicional caiçara, museologia comunitária, museu pop-up, curadoria pública, divulgação histórica, cartilha educativa, educação básica e universidade pública. A pesquisa desta forma, contribuiu para considerar o desenvolvimento cultural a partir do território (Espaço), na formação também das (Memórias), o que nos traz ao nome da linha des pesquisa, e que foi mostrado durante a pesquisa o no texto acima, que é o território e o ambiente da ilha que molda as memórias, a cultura, os saberes e os fazeres dos seus habitantes.

Os efeitos da pesquisa hoje circulam por aí, na comunidade, nas pousadas, nas residências, na escola, nas trilhas, na pescaria, todos comentam e dão parabéns aos alunos e os envolvidos por este trabalho comunitário. Além da ilha, os materiais já foram utilizados no encontro da Divisão da Delegacia da Mulher da Polícia Civil, na capital do Estado, e que divulgava as riquezas das comunidades tradicionais da Baía de Paranaguá, a Cartilha foi levada como exemplo da cultura da Ilha do Mel. Além deste encontro, a Cartilha foi levada para o Encontro Anual de Diretores das Escolas Públicas do Paraná, mostrando as riquezas da escola da comunidade da Ilha do Mel e as características da cultura local. O Dia do Museu Comunitário na Escola, serviu de exemplo para sua criação em outras escolas de outras comunidades tradicionais, que usaram as mesmas estratégias e ferramentas desta pesquisa para desenvolver a sua narrativa. Além de tudo, foi divulgado na página da Federação Internacional de História Pública, com a parceria do professor, o Prof. Dr. Michel Kobelinski.

Deste modo, pode-se concluir da melhor forma possível, reafirmando o papel da universidade pública, em através da pesquisa acadêmica alcançar públicos tradicionalmente até então inalcançáveis, e junto com eles, procurar atender as demandas sociais que surgem, através da disciplina de História.